

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar**

**Período de Análise: 01/12/2015 a 31/12/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Jornal Folha de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiárias:** Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

## Índice

<b>MDS promove capacitação de técnicos no Paraná sobre o PAA.</b> Site do MDS. 01/12/2015 .....	4
<b>Exército vai comprar alimentos da agricultura familiar no Amazonas.</b> Site do MDS. 02/12/2015 .....	4
<b>Agricultores familiares recebem R\$ 23 milhões do PAA.</b> Site do MDS. 02/12/2015.	5
<b>Programa Nacional de Combate às Moscas-das-Frutas pode melhorar o status fitossanitário do Brasil – CNA.</b> 02/12/2015.....	5
<b>União Europeia questiona controle de resíduos em alimentos do Brasil.</b> Cristiano Zaia – Valor Econômico. 02/12/2015. ....	6
<b>Manifestações pelo país marcam Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos –</b> Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 03/12/2015.....	7
<b>Segurança alimentar depende do solo.</b> Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente. 03/12/2015 .....	9
<b>Estudo sobre ferrugem asiática apresenta impacto para os próximos dez anos –</b> CNA. 03/12/2015. ....	9
<b>Anvisa decide banir ingrediente ativo de defensivo por alta toxicidade.</b> Mariana Caetano – Valor Econômico. 03/12/2015. ....	10
<b>Pela redução de agrotóxicos.</b> Rogério Augusto Neuwald. Site do MDA. 03/12/2015	11
<b>Manifestações pelo país marcarão Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos.</b> Site do MST. 03/12/2015 .....	13
<b>PL 3200 é mais veneno na sua mesa.</b> Site do MST. 03/12/2015 .....	14
<b>Agrotóxicos em crianças.</b> Site do MST. 03/12/2015.....	18
<b>Resolução amplia acesso ao PAA Leite.</b> Site do MDS. 03/12/2015 .....	19
<b>Entrega de equipamentos reforça segurança alimentar e nutricional no Ceará.</b> Site do MDS. 04/12/2015 .....	20
<b>CNA promove primeira reunião dos representantes da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores - CNA.</b> 07/12/2015.....	21
<b>Distrito Federal e mais 23 Estados são reconhecidos livres de febre aftosa com vacinação – CNA.</b> 07/12/2015.....	22
<b>À bancada sulista, ministra reitera cuidado com sanidade das frutas – MAPA.</b> 08/12/2015.....	23
<b>Painel discute ações para promover a segurança alimentar mundial – CONAB.</b> 09/12/2015.....	24
<b>SERGIPE: Municípios recebem doação de feijão - CONAB.</b> 10/12/2015.....	24
<b>Câmara setorial da erva-mate se reúne pela primeira vez - MAPA.</b> 10/12/2015....	25

<b>Instituto Até é novo parceiro do Pacto Nacional para Alimentação Saudável.</b> Site do MDS. 11/12/2015 .....	26
<b>Indígenas são capacitados e levarão assistência técnica a famílias xavantes do Mato Grosso.</b> Site do MDS. 11/12/2015 .....	26
<b>Fiscais coletam amostras de orgânicos para reforçar controle de qualidade – MAPA.</b> 11/12/2015. ....	27
<b>CNA espera mudanças no processo de reavaliação toxicológica de defensivos agrícolas pela Anvisa – CNA.</b> 14/12/2015. ....	29
<b>Grupo Hospitalar Conceição vai comprar alimentos de comunidades quilombolas.</b> Site do MDS. 14/12/2015 .....	29
<b>Prefeitura de São Paulo começa a executar PAA.</b> Site do MDS. 15/12/2015 .....	30
<b>Incra investirá R\$ 18,5 milhões na construção de 35 agroindústrias em Sergipe –</b> Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/12/2015 .....	31
<b>Preço acessível e variedade atraem população à Feira da Reforma Agrária em Maceió/AL –</b> Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/12/2015 .....	31
<b>Municípios paulistas criam Rede Metropolitana de Bancos de Alimentos.</b> Site do MDS. 15/12/2015 .....	32
<b>MDS firma parcerias para incentivar alimentação saudável no Rio de Janeiro.</b> Site do MDS. 15/12/2015 .....	33
<b>Oficina discute regularização dos produtores orgânicos.</b> Adolfo Brito. Site do MDA. 15/12/2015 .....	34
<b>Comunidades recebem primeiros selos Indígenas do Brasil.</b> Ranyelle Andrade. Site do MDA. 15/12/2015.....	35
<b>Protecionismo agrícola sobe na Ásia e pode afetar o Brasil.</b> Assis Moreira – Valor Econômico. 16/12/2015.....	36
<b>Mapa abre consultas públicas para normas sobre fertilizantes e gripe aviária –</b> MAPA. 17/12/2015. ....	37
<b>Alimentos orgânicos conseguem driblar a crise.</b> Isabel Dias de Aguiar – Valor Econômico. 21/12/2015.....	37
<b>Potencial agrícola coloca Brasil à frente da segurança alimentar no mundo –</b> MAPA. 21/12/2015. ....	39
<b>Doações internacionais foram destinadas a 8 países –</b> CONAB. 23/12/2015.....	40
<b>Divulgadas regras para isenção de PIS/Cofins a laticínios –</b> MAPA. 23/12/2015...	40
<b>Mapa suspende venda de 11 marcas de azeite extra virgem –</b> MAPA. 23/12/2015.	41

## **MDS promove capacitação de técnicos no Paraná sobre o PAA. Site do MDS. 01/12/2015**

### **SEGURANÇA ALIMENTAR**

Em 2016, estado executará o Programa de Aquisição de Alimentos por meio dos municípios que manifestaram interesse

Brasília – Profissionais do Paraná que trabalham com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) participam de capacitação promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nesta quarta e quinta-feira (2 e 3) em Curitiba. O objetivo é treiná-los para o novo modelo de adesão, que será operado a partir de 2016. Até o momento, 127 prefeituras já formalizaram interesse e vão desenvolver o programa com apoio do governo estadual.

A capacitação apresentará os resultados do PAA e tratará de temas como o papel do estado na implantação do programa, procedimentos operacionais e como utilizar o Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA). Participam mais de vinte técnicos de todas as 22 regionais da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná. Segundo João Paulo Sotero, coordenador geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar do MDS, o encontro é importante para garantir a execução do programa. “Os técnicos estaduais bem pautados e bem capacitados sobre as regras facilita a estrutura municipal e tende a ter uma execução mais exitosa.”

---

## **Exército vai comprar alimentos da agricultura familiar no Amazonas. Site do MDS. 02/12/2015**

Produtores da região poderão comercializar seus produtos por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília – O Comando da 12ª Região Militar do Exército Brasileiro lançou a Chamada Pública nº 01/2015 para adquirir alimentos da agricultura familiar. Será investido pouco mais de R\$ 1 milhão para comprar 208,6 toneladas de produtos, como hortifrúti, polpa de frutas e pescados. Esta é a primeira operação da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na região Norte.

“É importante que as instituições que compram alimentos trabalhem em parceria com os fornecedores da sua região, para valorizar a produção local e o abastecimento de alimentos mais frescos e mais saudáveis. Isso também promove o desenvolvimento local e o regional”, afirma o diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização de Produção Familiar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), André Grossi Machado.

As propostas de venda devem ser entregues até segunda-feira (7) na sede do órgão em Manaus. Podem participar agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, bem como cooperativas e organizações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Especial Pessoa Jurídica.

Além do próprio Comando da 12ª Região Militar, os produtos vão abastecer o Colégio Militar de Manaus, o Comando Militar da Amazônia, a 4ª Divisão de Levantamento e o Hospital Militar de Área de Manaus, todos na capital amazonense. Os selecionados fornecerão os alimentos durante 12 meses.

Compra Institucional – A modalidade do PAA foi criada em 2012, abrindo nova possibilidade de comercialização para as famílias de agricultores de todo o país ao permitir que prefeituras, governos estaduais e órgãos federais comprem produtos para atender suas demandas por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação.

A comercialização da agricultura familiar deve ser ampliada a partir de janeiro, quando entra em vigor o Decreto nº 8.473/2015, que estabelece como obrigatória a aquisição mínima de 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para órgãos da administração pública federal. No Distrito Federal, o Exército já adquire alimentos de cooperativas da agricultura familiar por meio do PAA Compra Institucional desde outubro de 2015, para atender demanda de 4,5 mil refeições diárias do Quartel-General, em Brasília.

---

### **Agricultores familiares recebem R\$ 23 milhões do PAA. Site do MDS. 02/12/2015**

Programa que fortalece as cadeias produtivas locais está pagando os alimentos comprados de mais de 12,9 mil famílias

Brasília, 2 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está pagando mais de R\$ 23 milhões para agricultores familiares que venderam seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea via Termo de Adesão. No total, são mais de 12,9 mil produtores que comercializaram seus produtos para prefeituras e governos estaduais.

O PAA tem o objetivo de fortalecer as cadeias produtivas locais de agricultura familiar. Os produtos são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar, bem como àquelas atendidas pela rede socioassistencial, nos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) e nas instituições públicas ou filantrópicas de ensino.

Confira: Valores e número de agricultores pagos no mês, por município

Os recursos são depositados diretamente na conta bancária dos agricultores familiares, que podem sacar o dinheiro com cartão bancário específico do PAA ou utilizá-lo em operações de débito. Os pagamentos são feitos regularmente todo mês, o que permite que o agricultor receba o recurso, no máximo, 30 dias após cada entrega de produtos.

Os gestores das prefeituras e governos estaduais operam o PAA, articulando junto aos produtores, recebendo e distribuindo os alimentos comprados e fazendo o lançamento das notas fiscais no sistema operacional do programa, para que o MDS possa efetuar o pagamento.

---

### **Programa Nacional de Combate às Moscas-das-Frutas pode melhorar o status fitossanitário do Brasil – CNA. 02/12/2015.**

Brasília (02/12/2015) – A fruticultura brasileira é a terceira maior do mundo. As lavouras de maçã, mamão, manga e melão espalhadas em mais de 2 milhões de hectares geram emprego para 5 milhões de pessoas. Todo esse trabalho é fruto do esforço dos produtores rurais que dependem do clima, de acesso à linha crédito e variações de preços no mercado nacional e internacional. Além disso, o produtor enfrenta uma das principais pragas da fruticultura mundial: as moscas-das-frutas da família Tephritidae, que causam prejuízo de aproximadamente US\$ 120 milhões ao ano em perdas de produção, custos de controle e comercialização.

Para resolver o problema, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em parceria com a Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), lançou o Programa Nacional de Combate às Moscas-das-Frutas (PNMF), instituído pela Instrução Normativa Nº 20, de 8 de setembro de 2015. O programa prevê um investimento de R\$ 128 milhões, até 2018, em pelo menos dez Estados brasileiros para reduzir as pragas de importância coletiva e aumentar a viabilidade dos investimentos na produção de frutas.

O PNMF foi apresentado aos representantes do setor na quinta-feira (27/11), durante reunião na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). De acordo com o assessor técnico da Comissão Nacional de Fruticultura da CNA, Eduardo Brandão Costa, o objetivo do encontro foi analisar o texto do programa e propor sugestões de melhoria para apresentar aos produtores. “Toda a cadeia precisa alinhar o discurso para que o PNMF dê certo, e como resultado, ampliar o potencial brasileiro de frutas”, afirmou.

A diretora da consultoria Agropec e também redatora do projeto, Regina Lúcia Sugayama, explicou que a ideia principal do PNMF é melhorar o status fitossanitário do Brasil, permitir abertura de mercados mais exigentes e aumentar a participação brasileira nas exportações de frutas do mundo. “O programa estabelece a política fitossanitária para a prevenção, controle e erradicação das moscas-das-frutas de importância econômica e quarentenária para o Brasil e para os mercados importadores de frutas brasileiras”, disse Regina.

Dentre as políticas inseridas no programa estão a erradicação de *Bactrocera carambolae*, Área Livre de Praga (ALP) para *Anastrepha grandis*, Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para o mamão e construções de biofábrica de machos estéreis e parasitoides. “A execução do PNMF dependerá do alinhamento de esforços entre o MAPA, órgão estaduais e setor privado, contando com o suporte estratégico da pesquisa e da expansão”, disse Regina.

Workshop – Nos dias 8 e 9 de dezembro deste ano, fiscais agropecuários federais e estaduais, pesquisadores e entidades de representação dos produtores se reunirão, em Brasília, no Workshop Moscas-das-Frutas no Brasil: Construção de uma visão de futuro. O evento vai discutir as estratégias para implementação do Programa em um dia de palestras, debates e mesas-redondas. O workshop é uma realização do Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura e as inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site: [www.moscasdassfrutas.net](http://www.moscasdassfrutas.net). As vagas são limitadas.

---

### **União Europeia questiona controle de resíduos em alimentos do Brasil. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 02/12/2015.**

Destino de 20% das exportações do agronegócio brasileiro, a União Europeia está questionando o controle de resíduos e contaminantes que o Ministério da Agricultura deveria fazer permanentemente para atestar a segurança sanitária de alimentos de origem animal destinados ao mercado externo.

Desde a vinda de uma comitiva europeia a Brasília, em 15 de outubro, representantes do bloco têm deixado claro ao ministério que não concordam com a prioridade que o governo brasileiro está dando ao tema, considerada pequena. Se nada mudar, a Europa já poderá deixar de importar carne de cavalo no curto prazo, mas as ameaças envolvem também as carnes bovina e de frango, além de pescados e mel.

Mesmo no Brasil a gestão da ministra Kátia Abreu tem sido alvo de críticas de fiscais agropecuários e de fontes do setor nessa frente, principalmente depois de o departamento responsável por monitorar percentuais de resíduos industriais em alimentos e dar mais celeridade aos exames feitos em laboratórios públicos e privados com essa finalidade ter sido extinto, em julho passado.

O alerta mais recente dos europeus foi disparado em 30 de novembro. Em carta enviada ao ministério, o diretor do Serviço Veterinário e de Alimentos da Comissão Europeia, Michael Scannell, adverte que há dois meses vem demonstrando "sérias preocupações" com a "ausência de testes para o monitoramento de resíduos" nas exportações brasileiras de carne de cavalo. E pede, com "urgência", informações sobre o número de testes realizados em 2015 pelo governo brasileiro com amostras de carne equina.

"Dada a situação, a menos que esses dados mencionados sejam enviados por vocês no prazo de dez dias úteis, eu tenho que concluir que o atual plano e as garantias oferecidas não podem ser consideradas equivalentes àquelas previstas pela legislação da UE", diz Scannell na carta. "Consequentemente, eu não tenho outra opção senão recomendar a saída do Brasil [da lista dos países autorizados a vender carne de cavalo para a Europa]". Ele também alerta que, em um comunicado anterior, também requisitou resultados de testes que apresentem percentual de resíduos em carne bovina, de frango, em peixes e no mel fabricados no Brasil.

O comércio de carne de cavalo não tem peso expressivo na balança comercial brasileira, apesar de as vendas para a UE terem praticamente dobrado entre janeiro e outubro deste ano em relação ao mesmo período de 2014, para US\$ 4,4 milhões. Contudo, o ministério é responsável por administrar o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), normalmente exigido por países compradores de alimentos como condição para a aprovação ou manutenção de acordos comerciais.

Procurado, o Ministério da Agricultura informou que já respondeu a essa consulta da União Europeia e que pretende ampliar suas exportações para o mercado europeu, assim como a UE pretende expandir suas vendas de produtos agropecuários ao Brasil.

"Todas as atribuições originalmente confiadas à antiga Coordenação de Resíduos e Contaminantes foram integralmente absorvidas pela nova estrutura da Secretaria de Defesa Agropecuária e pela estrutura preexistente, de forma a evitar quaisquer prejuízos ao curso do PNCRC", respondeu o ministério. O órgão acrescentou, ainda, que o monitoramento de resíduos é "prioridade" e têm a atenção necessária, inclusive da ministra Kátia Abreu.

Ouvidas pela reportagem, fontes de mercado e do próprio governo que lidam diretamente com o assunto afirmam, entretanto, que o PNCRC vem sofrendo neste ano com cortes orçamentários, o que teria contribuído para que o ministério passasse a realizar menos exames de resíduos em produtos de origem animal. Fiscais agropecuários advertem que uma melhor condução do programa pode evitar casos como o de carregamentos de carne de frango contaminados com a substância dioxina, embargados pela China em setembro.

---

### **Manifestações pelo país marcam Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 03/12/2015**

O dia 3 de dezembro é lembrado no mundo inteiro como Dia Internacional de Luta Contra os Agrotóxicos. A data se refere à tragédia de Bhopal, na Índia, quando uma

fábrica de agrotóxicos explodiu em 1984, matando cerca de 20 mil pessoas, e deixando centenas de milhares feridas e com sequelas.

No Brasil, há pouco o que se comemorar. Elaborado em agosto de 2014 e programado para ser apresentado no início de novembro, o governo federal adiou por tempo indeterminado o lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), a pedido do Ministério da Agricultura, comandado por Kátia Abreu. A líder ruralista afirmou recentemente que o programa "seria a sentença de morte da agricultura brasileira", apesar de este ter sido elaborado com a participação do seu antecessor na pasta. Além disso, a bancada ruralista avança com seu mais ambicioso projeto até hoje: o Projeto de Lei 3200/2015, que revoga a atual Lei de Agrotóxicos, e cria um marco regulatório que facilita o registro e estimula ainda mais o consumo de agrotóxicos.

Diante deste cenário, centenas de entidades vinculadas à Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida realizarão atividades nesta quinta-feira, dia 3 de dezembro. O livro Dossiê Abrasco - Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde será lançado em diversas cidades, inclusive na Assembleia Legislativa de São Paulo e no Congresso Nacional. Comitês regionais da Campanha irão organizar marchas, feiras orgânicas e palestras para marcar o dia.

No Brasil, foram usadas 914 mil toneladas de agrotóxicos em 2014, gerando uma receita de U\$12,2 bilhões para a indústria de agrotóxicos, composta em sua maioria por empresas estrangeiras. Os dados são do Sindiveg, sindicato que representa a indústria dos agrotóxicos. Já o Ministério da Saúde registrou oficialmente mais de 34.000 intoxicações por agrotóxicos entre 2007 e 2014. No entanto, especialistas afirmam que este número pode ser 50 vezes maior, devido ao alto índice de subnotificações. A Anvisa detectou no último estudo que 64% dos alimentos analisados tinham resíduos de agrotóxicos. Segundo a Campanha Contra os Agrotóxicos, em 2014 foram consumidos 7,3 litros de agrotóxicos para pessoa no Brasil.

#### Sobre o Pronara

O Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) foi aprovado em agosto de 2014, como parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, após meses de elaboração de um grupo de trabalho formado por diversos especialistas, vinculados a instituições de pesquisa e ensino, nove ministérios e organizações da sociedade civil. O Pronara é constituído por seis eixos: (1) Registro; (2) Controle, Monitoramento e Responsabilização da Cadeia Produtiva; (3) Medidas Econômicas e Financeiras; (4) Desenvolvimento de Alternativas; (5) Informação, Participação e Controle Social e (6) Formação e Capacitação. No total, são previstas 137 ações concretas que visam frear o uso de agrotóxicos no Brasil. Dentre elas, medidas como o fim da isenção fiscal, implantação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos e a reavaliação de produtos banidos em outros países.

#### A Campanha

A Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida nasceu em 2011, fruto da articulação de organizações de pesquisa, da sociedade civil e movimentos sociais, com o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil. Hoje já existem provas concretas dos males causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo, milhares de agricultores pelo Brasil já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população.

---



## **Segurança alimentar depende do solo. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente. 03/12/2015**

*Dia Internacional dos Solos, na segunda-feira (7), será marcado com lançamento de publicações e apresentação do sistema de alerta de seca.*

A segurança alimentar de todos os povos depende de um solo saudável, bem conservado e capaz de produzir alimentos livres de substâncias tóxicas e, ainda, de se conservar as funções essenciais dos ecossistemas. A conscientização e a compreensão das pessoas para essas necessidades são objetivos definidos pelo Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para 2015, instituído como o Ano Internacional dos Solos (AIS) no âmbito da Aliança Mundial pelo Solo. Este assunto é tema do evento comemorativo ao Dia Internacional dos Solos, na próxima segunda-feira (07/02), a partir das 19h, no auditório do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no Edifício Marie Prendi Cruz, quadra 505 Norte, em Brasília. De acordo com a FAO, a finalidade de se instituir o Ano Internacional dos Solos é conscientizar a sociedade para a importância dos solos como parte fundamental do meio ambiente e para os perigos que envolvem sua degradação em todo o mundo. Participam do evento, entre outros convidados, o secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani, e a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello.

### **LANÇAMENTOS**

Durante as atividades, organizadas pelo Departamento de Combate à Desertificação do MMA, haverá o lançamento de algumas publicações comemorativas, como o Atlas Mundial de Solos, produzido pela FAO, e Caminhos para a Agricultura Sustentável, fruto do convênio da Fundação Araripe com o Fundo Clima, na linha de combate à desertificação.

Será apresentado, ainda, o Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação (SAP) pelos técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MMA); e anunciado o Programa de Formação Técnica para Manejo e Conservação de Solos, fruto de parceria entre o MMA e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

---

## **Estudo sobre ferrugem asiática apresenta impacto para os próximos dez anos – CNA. 03/12/2015.**

O estudo sobre os prováveis impactos socioeconômicos e ambientais a ferrugem asiática no Brasil para os próximos dez anos foi elogiado pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), José Zeferino Pedrozo. A iniciativa é da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e do instituto de Estudos do Agronegócio (IEag), em parceria com a consultoria Spark.

Pedrozo exalta o estudo que apresenta previsões e enaltece o trabalho dos organizadores que fizeram um alerta aos produtores e ao Governo para o impacto socioeconômico e ambiental que a ferrugem pode causar no Brasil nos próximos dez anos.

As projeções realizadas pelo trabalho apontam que, não havendo mudanças no cenário atual, a soja nacional pode enfrentar uma quebra de 30% na produção em 2025. Isso significa que, em uma só safra, o Brasil perderia mais de 36 milhões de toneladas de soja e R\$ 84 bilhões de receita. As exportações arcairiam com uma perda de mais de R\$

21 bilhões. O Governo brasileiro arrecadaria R\$ 18 bilhões a menos em tributos. Além disso, 3 milhões de postos de trabalhos seriam fechados, considerando apenas os empregos diretos.

As conclusões e projeções do estudo foram apresentadas e amplamente debatidas no fórum “O Futuro da Soja Nacional”, realizado em Brasília no final do mês de agosto deste ano, com a participação de lideranças do Governo, da academia, do setor produtivo e da indústria, que há anos acompanham de perto a evolução da ferrugem asiática no Brasil.

Na ocasião, os especialistas foram unânimes ao validar o diagnóstico do estudo e ao concluir que se providências não forem rapidamente tomadas pelos setores público e privado, os impactos projetados para 2025 alcançarão o Brasil já nas próximas safras.

Com base nas conclusões do fórum e em consultas realizadas junto a entidades envolvidas com o tema, o IEag, a ABAG, a APROSOJA Brasil e o Consórcio Antiferrugem elaboraram o documento “Propostas para o Enfrentamento da Ferrugem Asiática no Brasil”.

---

### **Anvisa decide banir ingrediente ativo de defensivo por alta toxicidade. Mariana Caetano – Valor Econômico. 03/12/2015.**

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou hoje o banimento da parationa metílica, ingrediente ativo usado na composição de agrotóxicos. A decisão baseou-se nos resultados de uma consulta pública, de um parecer da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) e em evidências científicas sobre “a extrema toxicidade” do produto, conforme a Anvisa.

Em 2008, a Anvisa iniciou a reanálise de 14 agrotóxicos, entre eles a parationa metílica. Nas primeiras seis reavaliações, quatro produtos (triclorfom, endossulfam, cihexatina e metamidofós) foram banidos do país. Os oito restantes, sobre os quais ainda não havia novas conclusões, entraram na mira do Ministério Público Federal (MPF).

O MPF protocolou duas ações na Justiça em março de 2014. Uma delas dizia respeito especificamente ao 2,4-D, um dos componentes do “agente laranja”, desfolhante usado pelos EUA na guerra do Vietnã. A outra buscava obrigar a Anvisa a finalizar a reavaliação dos oito ingredientes ativos, sob a suspeita de que esses produtos trazem danos à saúde humana e ao ambiente. O MPF também tentou, sem sucesso, barrar o registro comercial dessas substâncias.

Com a avaliação agora concluída, a Anvisa informou que a parationa metílica foi classificada como mutagênica, tóxica para o sistema reprodutor e suspeita de desregulação endócrina. “Por apresentar elevada neurotoxicidade, se caracteriza como mais perigosa para o homem do que os resultados dos testes de laboratório com animais tenham podido demonstrar”, concluiu a agência.

A Anvisa informou ainda que a parationa metílica foi banida ou teve o registro cancelado em 34 dos 45 países pesquisados. Nos EUA, a proibição ocorreu em 2013. O produto é utilizado nas culturas de algodão, alho, arroz, batata, cebola, feijão, milho, soja e trigo.

De acordo com a agência, o banimento do ingrediente ativo não deverá causar prejuízos agrônômicos aos produtores, uma vez que há no mercado substitutos com menor toxicidade. A retirada do produto de circulação será gradativa: em 1º de junho de 2016

entra em vigor a proibição da comercialização, e em 1º de setembro, a proibição de utilização.

---

### **Pela redução de agrotóxicos. Rogério Augusto Neuwald. Site do MDA. 03/12/2015**

*A importância de se reduzir o uso de agrotóxicos para a produção de alimentos saudáveis*

Com a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012, por meio do Decreto nº7.794, o governo brasileiro assume o compromisso com a ampliação e efetivação de ações que devem orientar o desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo e da floresta, e da sociedade em geral, a respeito da necessidade de se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais.

Construído de forma amplamente participativa por meio de diálogos regionais e nacionais, o decreto definiu as diretrizes, instrumentos e instâncias de gestão da Política. Coube à Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – Ciapo, composta por representantes de dez ministérios e coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio de sua Secretaria da Agricultura Familiar, a tarefa de elaborar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo[1]. A criação de um Programa Nacional para a Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara) está prevista na Meta 5, do Eixo 1, do referido Plano.

O Pronara foi concebido no âmbito da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO[2]), e elaborado por quatorze representantes da sociedade civil organizada - oferecendo contribuições do ponto de vista de agricultores, camponeses, consumidores de alimentos e movimentos em defesa da saúde e da vida, entre outros - e quatorze representantes de órgãos do Governo Federal. Participaram também de sua concepção instituições brasileiras de pesquisa respeitadas no campo da agricultura, saúde e meio ambiente.

A necessidade de construção do Pronara, mobilizando academia, governo e sociedade civil, vem do fato do Brasil liderar, há oito anos consecutivos, a lista dos maiores consumidores mundiais de agrotóxicos. O risco deste consumo exagerado e não controlado é imenso e é anunciado por instituições respeitáveis da área, tais como o Instituto Nacional do Câncer (Inca), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Associação Brasileira de Saúde Comunitária (Abrasco), diversas universidades federais, apenas para citar as instituições brasileiras.

Além da preocupação com a saúde, o Pronara responde aos anseios da sociedade em relação à sustentabilidade ambiental e a estabilidade econômica de um modelo de agricultura baseado no uso conservacionista de recursos naturais e genéticos, e na abundância de alimentos diversificados produzidos em grande parte por uma ainda numerosa agricultura familiar brasileira. Dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), indicam que há no Brasil aproximadamente 11.580 produtores e/ou organizações econômicas com certificação da produção da qualidade orgânica. Aumentar esse número significa reduzir o uso de agrotóxicos, da contaminação do ambiente e das pessoas dela resultante, bem como os severos impactos sobre a saúde pública.

Modelos sustentáveis e saudáveis de produção de alimentos são garantidos por lei no Brasil, em diversas normativas tais como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan). Em 2010, foi adicionado à Constituição Federal que passou a considerar a alimentação saudável como direito inalienável. Vale lembrar que além das inúmeras áreas de produção sustentável de alimentos da agricultura familiar, a agricultura de base ecológica conta hoje com um acúmulo de conhecimentos e pesquisas geradas por organizações do campo e empresas públicas de pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), capazes de garantir não apenas o ambiente e o alimento saudável e livre de agrotóxicos como também formas socialmente justas de produzi-lo.

O Pronara é organizado em seis eixos estratégicos de ação que visam: análise dos agrotóxicos a fim de determinar perfil toxicológico, ecotoxicológico e de eficiência agrônômica, fundamental para o controle e a redução dos riscos e impactos ao meio ambiente e à saúde; aperfeiçoamento das ferramentas e mecanismos de controle, fiscalização e monitoramento desses produtos ao longo de sua cadeia produtiva; eliminação das vantagens econômicas, como a isenção fiscal para importação e exportação do produto no Brasil, de forma a estimular o registro de novos produtos de baixos riscos; oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e formação no campo e na cidade, visando a redução de forma segura e controlada do uso de agrotóxicos, convertendo a produção com adoção de práticas de produção orgânica e baseadas em princípios da agroecologia; assegurar a participação e o controle social como mecanismos de democratização dos direitos civis e políticos; e formação e capacitação a agricultores e trabalhadores rurais, quanto aos mecanismos físicos, químicos e biológicos desses produtos, sua toxicidade e ecotoxicidade e seus agravos à saúde e ao meio ambiente, reduzindo, assim, o risco aos primeiros e maiores afetados pelo uso desses produtos, os agricultores e trabalhadores rurais, garantindo a produção suficiente de alimentos de qualidade e o incremento da economia que gera em torno da agricultura familiar no Brasil.

Em nenhum momento o Pronara busca a eliminação total e impositiva do uso de agrotóxicos na produção agropecuária brasileira, mas contribuir na ampliação da oferta de insumos de baixo impacto, ampliando e possibilitando novas alternativas e oportunidades produtivas.

Em fase de validação e aprovação, busca-se com este instrumento complementar o ciclo de políticas, programas e ações que se relacionam com a produção de alimentos, com a segurança e soberania alimentar e com a proteção da biodiversidade brasileira.

Entende-se que a proposta do Programa em debate é mais um importante passo do governo na busca de um rural mais justo e humano aos nossos agricultores e agricultoras familiares e não familiares, aos assentados e assentadas da reforma agrária, trabalhadores e trabalhadoras rurais, povos e comunidades tradicionais e milhares de outras pessoas do campo, das águas e das florestas e do meio urbano, que se abastecerão com alimentos cada vez mais saudáveis, produzidos em solos sadios. Pois do solo dependem nossas plantas, nossa água e nossa vida.

Onaur Ruano

Secretário Nacional de Agricultura Familiar

---

## **Manifestações pelo país marcarão Dia Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos. Site do MST. 03/12/2015**

*Atraso no lançamento de programa para redução de agrotóxicos e novo projeto de lei sinalizam que uso de venenos agrícolas pode aumentar ainda mais no Brasil.*

Da Campanha contra os agrotóxicos

O dia 3 de dezembro é lembrado no mundo inteiro como dia internacional de luta contra os agrotóxicos. A data se refere à tragédia de Bhopal, na Índia, quando uma fábrica de agrotóxicos explodiu em 1984, matando cerca de 20 mil pessoas, e deixando centenas de milhares feridas e com sequelas.

No Brasil, há pouco o que se comemorar. Elaborado em agosto de 2014 e programado para ser apresentado no início de novembro, o governo federal adiou por tempo indeterminado o lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), a pedido do Ministério da Agricultura, comandado por Kátia Abreu. A líder ruralista afirmou recentemente que o programa "seria a sentença de morte da agricultura brasileira", apesar de este ter sido elaborado com a participação do seu antecessor na pasta. Além disso, a bancada ruralista avança com seu mais ambicioso projeto até hoje:

o Projeto de Lei 3200/2015, que revoga a atual Lei de Agrotóxicos, e cria um marco regulatório que facilita o registro e estimula ainda mais o consumo de agrotóxicos.

Diante deste cenário, centenas de entidades vinculadas à Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida realizarão atividades nesta quinta-feira, dia 3 de dezembro. O livro Dossiê Abrasco - Um Alerta sobre os Impactos dos Agrotóxicos na Saúde será lançado em diversas cidades, inclusive na Assembleia Legislativa de São Paulo e no Congresso Nacional. Comitês regionais da Campanha irão organizar marchas, feiras orgânicas e palestras para marcar o dia.

No Brasil, foram usadas 914 mil toneladas de agrotóxicos em 2014, gerando uma receita de U\$12,2 bilhões para a indústria de agrotóxicos, composta em sua maioria por empresas estrangeiras. Os dados são do Sindiveg, sindicato que representa a indústria dos agrotóxicos. Já o Ministério da Saúde registrou oficialmente mais de 34.000 intoxicações por agrotóxicos entre 2007 e 2014. No entanto, especialistas afirmam que este número pode ser 50 vezes maior, devido ao alto índice de subnotificações. A Anvisa detectou no último estudo que 64% dos alimentos analisados tinham resíduos de agrotóxicos. Segundo a Campanha Contra os Agrotóxicos, em 2014 foram consumidos 7,3 litros de agrotóxicos para pessoa no Brasil.

Sobre o Pronara

O Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) foi aprovado em agosto de 2014, como parte da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, após meses de elaboração de um grupo de trabalho formado por diversos especialistas, vinculados a instituições de pesquisa e ensino, nove ministérios e organizações da sociedade civil. O Pronara é constituído por seis eixos: (1) Registro; (2) Controle, Monitoramento e Responsabilização da Cadeia Produtiva; (3) Medidas Econômicas e Financeiras; (4) Desenvolvimento de Alternativas; (5) Informação, Participação e Controle Social e (6) Formação e Capacitação. No total, são previstas 137 ações concretas que visam frear o uso de agrotóxicos no Brasil. Dentre elas, medidas como o fim da isenção fiscal, implantação de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos e a reavaliação de produtos banidos em outros países.

## A Campanha

A Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida nasceu em 2011, fruto da articulação de organizações de pesquisa, da sociedade civil e movimentos sociais, com o objetivo de sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para frear seu uso no Brasil. Hoje já existem provas concretas dos males causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo, milhares de agricultores pelo Brasil já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população..

---

### **PL 3200 é mais veneno na sua mesa. Site do MST. 03/12/2015 .**

O Projeto de Lei 3200/2015, que tem como objetivo substituir a atual Lei de Agrotóxicos (7802/1989), alterando completamente o sistema normativo de agrotóxicos no país, foi protocolado no dia 6 de outubro pelo deputado Covatti Filho (PP/RS). Um de seus pontos principais é a criação de uma Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários (CTNFito), nos moldes da CTNBio, que tem aprovado sistematicamente o uso de transgênicos no Brasil. O propósito dessa comissão seria o de agilizar a liberação de novos agrotóxicos no Brasil, impedindo que estudos sobre os efeitos na saúde e no ambiente possam ser feitos adequadamente.

Para que entender melhor o PL3200/2015, preparamos um guia com as principais questões que implicam sua aprovação:

Qual é a avaliação da atual lei de agrotóxicos?

O principal instrumento normativo sobre agrotóxicos no país é a Lei 7.802 de 11 de julho de 1989, popularmente chamada de Lei dos Agrotóxicos, e seu regulamento previsto no Decreto 4.074/02. A Lei de Agrotóxicos é resultado de um processo de lutas populares por normatizar a questão. Antes inclusive da Lei Federal, tivemos importante leis estaduais, como a Lei gaúcha nº 7.747, de 22 de dezembro de 1982, que aliás, foi a primeira lei a tratar especificamente da questão de forma abrangente. Após o Rio Grande do Sul, tivemos outras leis estaduais, tais como a Lei nº 7.827, de 29 de dezembro de 1983 no Paraná, e em São Paulo a Lei nº 4.002, de 05 de janeiro de 1986. Frutos das lutas sociais e do debate ambientalista que ganhara força no final da década de 80, incluindo a visibilidade dada a questão ambiental com o assassinato de Chico Mendes, é que se constrói a Lei 7.802/89. Trata-se de uma lei pequena, com apenas 23 artigos, mas bastante completa. Ela conceitua o que são agrotóxicos e afins, prevê os casos em que fica proibido o registro de agrotóxicos no país, estabelece as normas referentes às embalagens de agrotóxicos, estabelece as informações que devem estar nos rótulos dos produtos, determina os parâmetros para a propaganda comercial, estabelece as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, determina a obrigatoriedade do receituário agrônomo para a comercialização dos agrotóxicos aos usuários. Além disso, prevê responsabilidades administrativas, civis e penais quanto aos danos causados à saúde das pessoas e ao meio ambiente, etc.

Portanto, estamos falando de uma lei que aponta diversos mecanismos que possibilitam o uso de agrotóxicos, buscando a maior proteção possível aos seres humanos e ao meio ambiente. É possível dizer que, em relação à América Latina, o Brasil tem uma das melhores legislações em relação à proteção da saúde e do meio ambiente equilibrado, tal qual prevê nossa Constituição.

Qual objetivo da nova lei proposta pelo PL3200/15?

Em síntese: facilitar o uso de agrotóxicos no país, abrindo diversas brechas na lei atual. Mas antes de mais nada, é preciso entender o contexto em que esta lei surge. Os agrotóxicos são um dos pilares de sustentação do modelo de produção hegemônico no país: o agronegócio. A lógica de produção do agronegócio é completamente dependente do uso de venenos. Desde a década de 60, quando os agrotóxicos foram impostos no país, o que se percebe é que o uso de agrotóxicos causa um enorme desequilíbrio ambiental, e com isso, o aumento do número de insetos e plantas indesejados nas plantações. Isso faz com que a cada ano se necessite utilizar ainda mais agrotóxicos e com graus de toxicidade cada vez maior. Chamamos isso de ciclo vicioso de uso dos agrotóxicos, ou seja, quanto mais se usa, mais se necessita utilizar.

Frente a essa necessidade de maior uso de agrotóxicos por parte dos ruralistas, a atual Lei de Agrotóxicos é como uma pedra no caminho. Hoje existem mais de 50 Projetos de Lei que tramitam no Congresso Nacional propondo alterações na legislação de agrotóxicos. A maioria destes PLs tem a intenção de flexibilizar a lei de agrotóxicos, tornando-a mais permissiva em relação a diversos aspectos do uso de agrotóxicos.

Qual a diferença então do PL3200/2015 para os demais PLs que hoje tramitam no Legislativo?

O PL3200 proposto no último dia 6 de outubro pelo Deputado Federal Covatti Filho do PP do Rio Grande do Sul, traz duas novidades principais, que o difere dos demais PLs e que o torna ainda mais perigoso para o sistema normativo de agrotóxicos. A primeira delas deve-se ao fato de que os demais PLs que tramitam no Congresso Nacional propõem alterações na Lei 7.802/89. Ou seja, buscam a fragilização do sistema normativo, mas ainda dentro dos parâmetros gerais delimitados pela atual de agrotóxicos. Já o PL3200 consiste numa espécie de síntese do conjunto de propostas existentes nos demais PLs, no que diz respeito a flexibilização, e propõe não uma alteração específica, mas a alteração completa da atual lei de agrotóxicos. Dito em outras palavras, propõe expressamente a revogação da atual lei de agrotóxicos.

A segunda novidade não é tão nova assim, mas até então não havia sido proposta em PL, apenas circulava os espaços de bastidores em relação a temática dos agrotóxicos. O PL3200 propõe a criação de uma “Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários” (CTNFito), que passaria a determinar praticamente tudo que diz respeito aos agrotóxicos, inclusive emitindo pareceres que seriam de cumprimento obrigatório para os órgãos reguladores e registrantes de agrotóxicos.

Quais os interesses por trás então destas propostas?

Os interesses são vários, no entanto, todos eles estão relacionados a preocupação da indústria de agrotóxicos, bem como dos ruralistas em obter maiores lucros com o modelo do agronegócio, independentemente dos problemas que isso pode gerar para o conjunto da população. Sejam eles problemas decorrentes do maior grau de contaminação dos alimentos, que hoje já chega a 64% segundo os dados do Programa de Análise de Resíduos de Alimentos (PARA) promovido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ou mesmo problemas relacionados a impactos negativos no meio ambiente, como já se constata com a morte de comunidades de abelhas, ou ainda, (e para eles do agronegócio menos irrelevante) os resultados nefastos na saúde dos trabalhadores do campo.

Portanto, o que está por trás do PL é a necessidade do lucro em detrimento da vida de qualidade das pessoas do campo e da cidade, e do direito de produzir e consumir

alimentos de qualidade. Não há dúvidas de que com um Congresso Nacional tão reacionário, uma proposta absurda como esta do PL3200 tenha possibilidades reais de ser aprovada. Portanto, o que pesa para a aprovação de um PL dessa natureza, não é a preocupação com a saúde do povo e do meio ambiente, mas o quanto de lucro isso pode gerar.

Em relação a atual lei de agrotóxicos, o que vai mudar, caso o PL3200 seja aprovado?

O PL3200 juntou os dispositivos previstos na Lei 7.802/89 e no Decreto 4.074/02, suprimindo o que havia de protetivo e bom, e agregando um conjunto de questões extremamente ruins no que diz respeito aos cuidados com a saúde e o ambiente. O PL destrói completamente o atual sistema normativo de agrotóxicos.

Vejam abaixo algumas das alterações propostas:

A primeira delas é a mudança da terminologia, ou seja, os agrotóxicos passam a ser chamados de “defensivo fitossanitário e de controle ambiental”. Perceba que a linguagem não é neutra. A terminologia proposta tira o peso tóxico dos produtos que em sua essência são biocidas, ou seja, feitos para matar. O termo agrotóxico adotado na lei atual foi uma das grandes conquistas em 89, pois deixa explicitar o grau de perigo que tais substâncias oferecem.

Outra alteração notável diz respeito a centralização de várias competências que estão hoje distribuídas entre IBAMA, ANVISA e MAPA, nas mãos da CTNFito, que ficará alocada no MAPA. A CTNFito seria a instância competente para à análise de propostas de edição e alteração de atos normativos referente aos agrotóxicos; apoiar tecnicamente os órgãos competentes no processo de investigação de acidentes e de enfermidades verificadas nas atividades com produtos; avaliar e homologar relatório de avaliação de risco de novo produto ou de novos usos em ingrediente ativo, além disso, avaliar os pleitos de registro de novos produtos técnicos, dos respectivos produtos formulados, pré-misturas e afins.

Também seria competente para emitir pareceres técnicos conclusivos nos campos da agronomia, toxicologia e ecotoxicologia sobre os pedidos de aprovação de registros de produtos, bem como as medidas de segurança que deverão ser adotadas; efetuar revisão de diretrizes e exigências; estabelecer as diretrizes para a avaliação agrônômica, avaliação e classificação toxicológica e ambiental de produtos; estabelecer as diretrizes para os procedimentos de reavaliação dos ingredientes ativos relativos aos produtos registrados; bem como as diretrizes para à implementação da avaliação do risco de produtos; diretrizes para o desenvolvimento de atividades com produtos relacionadas à pesquisa, desenvolvimento, produção, armazenamento, embalagens, transporte, comercialização, importação, exportação, receita agrônômica, rotulagem, uso, liberação, descarte, recebimento e destinação final de embalagens.

Além disso, será quem deve estabelecer e publicar a monografia de cada ingrediente ativo, bem como as alterações introduzidas, além de manifestar-se sobre os pedidos de cancelamento ou de impugnação de produtos. Caberia ainda a atribuição de promover, mediante pedido ou de ofício, a reavaliação de produtos, e de propor a sistemática de incorporação de tecnologia de ponta nos processos de análise, controle e fiscalização e em outras atividades cometidas aos órgãos registrantes.

Perceba que a CTNFito, passaria a ser um super-órgão a quem compete quase tudo que diz respeito aos agrotóxicos. Sua composição proposta é de 23 membros efetivos e respectivos suplentes, designados pelo MAPA. A divisão da composição é de 15 especialistas de notório saber científico e técnico, das áreas de química, biologia,



produção agrícola, fitossanidade, controle ambiental, saúde humana e toxicologia. Além desses, completa a equipe representantes de cinco ministérios (Agricultura; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Meio Ambiente; Saúde e; Ciência, Tecnologia e Inovação) e representantes de órgão legalmente constituído de proteção à saúde do trabalhador; de órgão legalmente constituído representativo do produtor rural (muito provavelmente este representante será da CNA) e ainda um representante de associações legalmente constituídas de produtores de defensivos fitossanitários (diga-se representante das empresas).

Existem outras alterações preocupantes propostas pelo PL?

Existem várias outras, algumas inclusive representam verdadeiras aberrações. Uma das aberrações propostas possibilita que o profissional habilitado possa prescrever receita agrônômica antes da ocorrência da praga, de forma preventiva, supostamente visando o controle de alvos biológicos que necessitam de aplicação de produto. Sem dúvidas este mecanismo vêm para resolver a recorrência de emissão do que chama-se popularmente de “receituário de gaveta”, ou seja, quando o profissional emite a receita agrônômica sem sequer haver ido na lavoura diagnosticar o problema. Este mecanismo é extremamente irresponsável. Será permitido também que o registro de um produto técnico possa ser feito por equivalência, com base nas diretrizes definidas pela CTNFito.

Passará a se permitir o uso de agrotóxicos já registrados para controle de outros alvos biológicos em culturas que estão chamando de “culturas com suporte fitossanitário insuficiente – CSFI”, também chamados de minorcrops. Além disso, várias outras questões preocupantes são previstas, desde o desaparecimento no texto normativos de expressões como controle; equipamento de proteção individual (EPI); fiscalização; inspeção; intervalo de segurança ou período de carência em relação à cultura subsequente, etc. Obviamente as expressões não estão no texto normativo porque elas são descartadas da proposta de Lei.

E para a saúde é possível prever possíveis impactos?

O PL3200 tem algo que chama a atenção se comparada à lei em vigor, e que diz respeito diretamente a saúde. A Lei 7.802/89 em seu art. 3º, parágrafo 6º, reproduzido no Decreto 4.074/02 no art. 31, trata dos casos em que é expressamente proibido o registro dos agrotóxicos. O PL3200 praticamente reproduz o texto da lei em vigor, porém acrescenta o seguinte complemento: “que revelem um risco inaceitável”. Esse complemento muda drasticamente a questão. Por exemplo, segundo a lei atual é proibido o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins “que revelem características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, de acordo com os resultados atualizados de experiências da comunidade científica”. O mesmo dispositivo no PL tem a seguinte redação: “Fica proibido o registro de produto defensivo fitossanitário, de controle ambiental, seus componentes e afins que revelem um risco inaceitável para características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas, de acordo com os resultados atualizados de experiências da comunidade científica”.

Perceba que com esse acréscimo, passa-se a admitir um grau de risco aceitável em relação as características teratogênicas, carcinogênicas ou mutagênicas. O mesmo se repete para distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, perigo para o homem em relação aos testes de laboratório. Passa-se ainda a aceitar um grau aceitável de risco para saúde humana, meio ambiente e agricultura.

---

## **Agrotóxicos em crianças. Site do MST. 03/12/2015**

A pesquisadora científica da Universidade Federal do Paraná, Sônia Stertz, doutora em Tecnologia de Alimentos, presidente da Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos na Regional do Paraná, registra que as crianças apresentam níveis duas vezes mais elevados de pesticidas no sangue e seus efeitos são até 10 vezes mais intensos do que em adultos.

“Até a idade de dois anos, crianças produzem pouco de uma enzima chamada Paraoxonase-1, que auxilia na detoxificação ou eliminação de pesticidas organofosforados. Algumas crianças só atingem níveis normais dessas enzimas aos 7 anos”, assevera, citando investigação feita pela Universidade de Berkeley, na Califórnia. Dados oficiais do governo americano revelam que pesticidas organofosforados são encontrados no sangue de 95% das pessoas testadas. Esta exposição se relaciona e é registrada como causa da hiperatividade, de distúrbios de comportamento, de distúrbios do aprendizado, também de atrasos do desenvolvimento e de disfunção motora. A maior motivação para o consumo dos orgânicos deve ser o que estes alimentos estão isentos, pois são livres de resíduos e aplicações de agrotóxicos em geral. Alimentos orgânicos são produzidos sem hormônios, antibióticos, pesticidas, herbicidas, fertilizantes químicos, irradiação e modificações genéticas.

“O agrotóxico no alimento, ao ser ingerido pela população, tem um efeito cumulativo, vai se acumulando no organismo. Pode levar a algum tipo de doença crônica não transmissível”, alerta a Agência Brasileira de Vigilância Sanitária (ANVISA).

“Principalmente neurológicas, endócrinas, imunológicas e hoje a questão do aparelho reprodutor, como infertilidade, diminuição do número de espermatozoides e a questão do câncer”, explica Heloísa Pacheco, coordenadora do ambulatório de Toxicologia da UFRJ. Exposição a agrotóxicos é muito mais responsável por casos de câncer e neoplasias do que se imagina.

Os agrotóxicos podem ser hidrofílicos ou lipofílicos quando se combinam com moléculas de água ou gorduras respectivamente, e se acumulam no organismo. E por isso induzem a moléstias muito tempo depois d serem acumulados.

A médica Silvia Brandalise, pesquisadora da Unicamp, estuda as causas de câncer, principalmente entre crianças. Ela atesta que pesquisas já comprovaram que, a exposição aos venenos usados nas plantações estão relacionadas com a leucemia e tumores no cérebro. A alimentação com excesso de agrotóxicos e produtos químicos também faz parte dos fatores de risco, conforme já exposto, em proporção muito maior que se imagina. Entre os alimentos bastante consumidos estão batata, morangos, cenoura, tomate, repolho, cebola, alface, trigo e leite.

Pesquisas mostram que os alimentos orgânicos apresentaram uma tendência, que pode ser considerada mais satisfatória, com teores mais elevados de nutrientes, como matéria seca, cinzas, fibra alimentar, carboidratos e alguns minerais considerados relevantes para a saúde, como o ferro e o selênio. As amostras que mais se destacaram foram a batata com 33% de selênio, 54% de ferro, 36% de fósforo, 17% de cálcio e 21% de fibra alimentar, e o morango com 342% de ferro, 63% de fósforo, 183% de magnésio, 80% de potássio, 34% de cálcio, 26% de fibra alimentar, 24% de proteínas e 56% de sacarose, seguidos do agrião com 145% de Selênio e 82% de Ferro, a cenoura com 425% Selênio e finalizando a couve-flor com 95% de Selênio.

Para uma alimentação mais segura, se recomenda o consumo de alimentos certificados, como os orgânicos, e os alimentos de época, que a princípio necessitam de uma carga

menor de agrotóxicos para serem produzidos. A percepção de que cada vez mais as pessoas estão preocupadas com a qualidade dos produtos que consomem e também com o impacto ambiental causado pelo consumo exagerado tem levado ao incremento do mercado de orgânicos para recém-nascidos.

Os cardápios são preparados sem alimentos provenientes de agricultura convencional, conservantes ou produtos químicos, utilizando o ultra-congelamento como forma segura de preservar a textura, aroma e o valor nutritivo. Na chamada agroecologia, por exemplo, se utilizam policultivos que já eram disseminados entre os primitivos indígenas, e que são incentivados por escolas como a da permacultura, como forma de manter o equilíbrio da biodiversidade de forma de insetos, plantas, bactérias e fungos convivam em harmonia, sem se reproduzirem de forma descontrolada. As “pragas” da agricultura convencional são tratadas como meras indicações da ocorrência de desequilíbrios, pelas práticas de agricultura agroecológica.

Os mecanismos mais comuns de operação dos agrotóxicos é a inibição da ação de enzimas que acabam gerando colapsos sinápticos, ou seja, de transmissão de informações ao cérebro através de conexões de neurônios. Convenhamos que ao menos as crianças devem ser preservadas destes cenários apocalípticos.

\* Roberto Naime é colunista do Portal EcoDebate e doutor em Geologia Ambiental..

---

### **Resolução amplia acesso ao PAA Leite. Site do MDS. 03/12/2015**

*Novo regulamento simplifica programa, tanto para quem fornece quanto para quem recebe o produto e amplia a doação de leite às entidades que recebem alimentos*

A partir de agora, toda família inscrita no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal pode receber o leite adquirido por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite). A prioridade é dada às famílias que se enquadrem no perfil de renda do Programa Bolsa Família.

A resolução foi publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no dia 25 de novembro. “Esta decisão é o resultado de diálogos realizados desde o início do ano entre o governo federal e os estados envolvidos no PAA e representa um avanço, uma qualificação da modalidade”, destaca o diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, André Grossi. Segundo ele, a categorização de beneficiários existente na legislação anterior “gerava uma complexidade e tornava o programa questionável do ponto de vista

nutricional”.

Outra medida é a ampliação de 30% para 50% da quantidade mínima de leite adquirido da agricultura familiar destinada a instituições, como escolas, creches, hospitais, redes socioassistenciais, equipamentos públicos de alimentação, restaurantes populares e bancos de alimentos. Grossi explica que a medida representa um avanço gradual rumo à equiparação ao PAA Compra com Doação Simultânea, que exige a destinação de 100% dos produtos a entidades aceitas pelo Grupo Gestor do PAA.

Também foi extinto o tempo mínimo de porte da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Jurídica) para as Organizações da Agricultura Familiar. Antes, era exigido das cooperativas da agricultura familiar que portassem o documento há, pelo menos, três anos. Agora não existe mais prazo. “Hoje, basta que a cooperativa tenha DAP jurídica,

independente do tempo. A declaração é um passaporte para ela acessar as políticas públicas da agricultura familiar. É uma forma de potencializar a participação das cooperativas”, explica o diretor.

Mais mudanças – Para qualificar a execução e dar mais transparência ao programa, o MDS acaba de lançar a nova embalagem do leite adquirido nesta modalidade do PAA. O novo rótulo identifica o produto, se é oriundo de cabra ou de vaca e deixa ainda mais claro que se trata de produto para doação ofertada pelo Programa de Aquisição de Alimentos, coibindo, assim, a venda ilegal da mercadoria.

O Ministério está definindo prazo para que os executores se adequem à nova embalagem. As mudanças apresentam mais segurança aos beneficiários consumidores do programa, pois trazem a garantia de procedência do leite, produzido por agricultores familiares e adquirido por meio de parceria entre os governos federal e estaduais.

PAA Leite em números

Desde dezembro de 2013, quando foram firmados os convênios atuais, o PAA adquire leite bovino e caprino de mais de 25 mil produtores familiares. O produto é distribuído a 2.626 entidades receptoras de alimentos e chega às casas de quase 500 mil famílias, em 787 municípios.

---

### **Entrega de equipamentos reforça segurança alimentar e nutricional no Ceará. Site do MDS. 04/12/2015**

*MDS e governo do estado entregam equipamentos para 93 municípios cearenses, o que vai aprimorar distribuição de alimentos à rede socioassistencial, escolas, creches e asilos*

Fortaleza – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entrega, nesta sexta-feira (4), em Fortaleza, equipamentos de apoio à modernização das Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar para 93 municípios cearenses. Desses, 49 recebem caminhões para transportar os alimentos de forma adequada. Além disso, freezers verticais, balanças, pallets e caixas plásticas serão repassados para as unidades. No total, o ministério investiu cerca de R\$ 4 milhões para a aquisição dos equipamentos.

A ação beneficia o agricultor familiar, porque pode escoar e acomodar seus produtos de forma correta, e a população, que recebe alimentos. “A modernização dessas unidades ajudam a reduzir o desperdício de alimentos e qualifica a capacidade de logística e operacional da entrega dos alimentos. Isso permite mais qualidade aos alimentos em todo o processo, até chegar ao consumidor final”, destaca a coordenadora-geral de Equipamentos Públicos do MDS, Kathleen Machado.

A iniciativa moderniza as estruturas que recebem e distribuem os alimentos da agricultura familiar. As escolas, creches, asilos e outras instituições da rede de assistência social cadastradas pelas prefeituras, para comporem os cardápios das refeições servidas diariamente. Com isso, mantém-se uma melhor qualidade dos produtos frescos, como verduras, frutas e hortaliças. No total, o governo federal repassou, por meio de editais, R\$ 148 milhões para 21 governos estaduais implantarem ou modernizarem as Unidades.

Segurança alimentar – Em 2014, pela primeira vez, o Brasil saiu do Mapa da Fome Mundial. E dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, divulgada neste mês pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

apontam que a extrema pobreza na área rural caiu, entre 2002 e 2014, 65,2% e a pobreza teve uma redução de 58,7% no mesmo período.

O avanço é resultado de uma série de políticas públicas que, articuladas, têm resultado na promoção da segurança alimentar e nutricional no país e de combate à pobreza. Desde 2003, um conjunto de políticas públicas para combater a pobreza e a extrema pobreza na área rural foi implantado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cisternas.

Com a criação do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011, foi dada uma maior visibilidade à inclusão produtiva das famílias que moram no campo, com ações que incluem o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que garante assistência técnica e recursos não reembolsáveis aos agricultores familiares, o programa Luz para Todos e o Bolsa Verde, também voltados para assentados da reforma agrária, acampados e povos e comunidades tradicionais.

---

### **CNA promove primeira reunião dos representantes da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores- CNA. 07/12/2015.**

A Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) se reuniu, pela primeira vez, na última quarta-feira (02/12), para alinhar as demandas prioritárias do setor e apresentar o Plano de Trabalho para 2016. A Comissão, que foi instalada em julho deste ano, tem como presidente e vice-presidente Renato Augusto Abdo e Manoel Gonçalves Oliveira, respectivamente. “Essa comissão fortalecerá o setor de hortaliças e flores, que juntas somam um faturamento anual de aproximadamente R\$ 60 bilhões”, afirmou o Superintendente Técnico da CNA, Bruno Lucchi, na abertura da reunião.

Os representantes da Comissão definiram os pontos principais a serem discutidos junto às Federações da Agricultura e Pecuária e associações. O registro de defensivos agrícolas para minorcrops, as culturas pequenas, consideradas de menor importância econômica, como morango, uva, alface, tomate, pimentão e berinjela, foi um dos temas tratados. O assunto já vem sendo discutido há algum tempo na Comissão Nacional de Fruticultura da CNA, pois os produtos são os mesmos para essas culturas. “A discussão é importante para ajudar o produtor rural a proteger o alimento das pragas e doenças”, explicou o assessor técnico da Comissão, Eduardo Brandão Costa.

Aproximadamente 80 minorcrops já foram incluídas na monografia de ingredientes ativos autorizados, graças a Instrução Normativa Conjunta (INC 01/2014) estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo Eduardo Brandão, o registro tira o produtor rural da ilegalidade involuntária, uma vez que permite o uso de defensivos agrícolas registrados pelos órgãos competentes brasileiros.

Plano de Trabalho – Dentre os assuntos discutidos na primeira reunião, o plano de trabalho foi um dos destaques. A Comissão pretende continuar com as discussões de registro de defensivos, estabelecer alternativas para aumentar as exportações do setor, levantar dados sobre a importância do setor no agronegócio brasileiro, a participação no Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Bruto da Produção (VBP) e a promoção do consumo dos produtos.

De acordo com a Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM), o consumo per capita de hortaliças no Brasil é de 27,075 quilos por habitante. “O consumo de hortaliças ainda é muito baixo e tem muito espaço para crescer. Em países como a Itália e Estados Unidos, por exemplo, o consumo é 157,7 e 98,5 quilos, nesta ordem”, lembrou o assessor técnico da CNA.

Câmara Setorial de Hortaliças – Os membros participantes da Câmara Setorial de Hortaliças do Ministério da Agricultura se reuniram no dia seguinte, quinta-feira (03/12), para tratar dos mesmos assuntos da Comissão da CNA. Durante o encontro, foi sugerido que os dois fóruns fizessem as próximas reuniões em conjunto, para alinhar o discurso e reforçar o encaminhamento dos pleitos aos órgãos.

---

### **Distrito Federal e mais 23 Estados são reconhecidos livres de febre aftosa com vacinação – CNA. 07/12/2015.**

O Brasil está próximo de completar 20 anos sem foco de febre aftosa e o programa nacional de erradicação da doença será revisado. Medida que a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgãos estaduais de sanidade, serviços veterinários e diversas entidades do setor de pecuária de corte vêm trabalhando para realizar.

As últimas ocorrências da doença foram registradas no ano de 2006, em Mato Grosso do Sul e Paraná. Hoje, o único estado livre da enfermidade sem a vacinação é Santa Catarina. Amapá, Amazonas e Roraima ainda não são reconhecidos livres da doença com vacinação. Os demais estados e o Distrito Federal estão livres da aftosa com a vacina. O assunto foi debatido na reunião da Câmara Setorial da Carne Bovina, que ocorreu no MAPA, em Brasília, na terça-feira (01/12).

Durante o encontro, o ministério apresentou a metodologia e resultados das avaliações junto aos Órgãos Executores de Sanidade Agropecuária (OESA) sobre a evolução do Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA). A apresentação contemplou as auditorias do MAPA, que são realizadas nos estados brasileiros para a elaboração e execução de um plano de ações para melhorar o serviço veterinário oficial com objetivo de erradicar a doença.

Na reunião também foi debatida a proposta de ampliação de exportação de material genético, que contribui com as ações do MAPA sobre Certificação Zoosanitária Internacional (CZI) das exportações de sêmen, embrião e bovinos vivos. Ação que auxiliou inclusive na revisão do CZI de bovinos vivos para Bolívia, recém-negociado e homologado entre MAPA e SENASAG (entidade sanitária agropecuária Boliviana).

Outro assunto abordado foi a importância da Cota HQB 481 beneficiando toda cadeia da carne bovina e o alinhamento da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) e da Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO) sobre a Portaria de Despojos. A referida Cota aceita cortes de carcaças bovinas de novilhos e novilhas com até 30 meses de idade, sendo nutridos com matéria seca de pelo menos 1,4% de peso vivo.

Também foi apresentado o standard da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) sobre transporte terrestre de cargas vivas, neste caso para bovinos de corte. Foram

abordadas as peculiaridades do animal, manejo e condições de criação, entre outros. Sobre o transporte, foi destacada a responsabilidade conjunta envolvendo o produtor,

agentes de comércio, operadores do transporte e a indústria. Além do necessário planejamento de cada percurso.

Por fim, o coordenador de sementes e mudas do ministério, André Peralta, comentou sobre a norma atual de sementes e mudas vigente, conforme Instrução Normativa 30/2008. Segundo Peralta, em relação ao trabalho de fiscalização do ministério às empresas fornecedoras de sementes forrageiras, é preciso revisar a atual regulamentação, em razão dos prejuízos aos usuários destas sementes. “A CNA solicitará um posicionamento a respeito da opinião do setor produtivo sobre a elevação do grau de pureza para as sementes de pastagens do gênero *Brachiaria* e *Panicum*. Atualmente a norma preconiza grau de pureza de semente forrageira de 60% para *Brachiaria* e 40% para *Panicum*”, finalizou o presidente da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da CNA, Antônio Pitangui de Salvo.

---

### **À bancada sulista, ministra reitera cuidado com sanidade das frutas – MAPA. 08/12/2015.**

*Setor produtivo elogiou medidas do Mapa para evitar entrada de pragas no Brasil*

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) recebeu nesta terça-feira (8) deputados e senadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná para falar sobre sanidade na produção de maçãs e subvenção do seguro agrícola.

Kátia Abreu reiterou a atenção constante do Mapa pela inocuidade dos alimentos, especialmente em relação à praga *CydiaPomonella*, que atinge plantações de maçã, mas está erradicada no Brasil. Para exemplificar a preocupação da pasta, a ministra destacou a suspensão, em março, da importação de maçã, pera e marmelo da Argentina devido à ocorrência da doença nos produtos enviados por aquele país.

“Contem comigo para proteger a sanidade dos nossos alimentos. Vamos apertar o jogo e não permitiremos que doenças e pragas ameacem nossas lavouras”, disse a ministra, que destacou também que defesa agropecuária é a prioridade da pasta e não sofrerá cortes mesmo diante de ajustes orçamentários.

A audiência foi acompanhada por diversos deputados e senadores da região Sul, entre eles a senadora e presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, Ana Amélia (PP-RS) e do deputado Mauro Mariane (PMDB-SC), além de representantes de produtores. A bancada elogiou as medidas adotadas pelo Mapa em relação à sanidade das maçãs, com destaque para a criação do Moscasul, centro de manejo integrado para combate à mosca-das-frutas no sul do país. Em setembro, a ministra anunciou R\$ 2 milhões para a construção do complexo.

O setor produtivo pediu a publicação do plano de contingência da *CydiaPomonella* e da análise de risco da praga na pera, a fim de que a comunidade científica acompanhe as medidas. Os pedidos tiveram apoio de Kátia Abreu.

#### Seguro agrícola

Os produtores pediram um aporte adicional no seguro agrícola para a fruticultura nos três estados do Sul. A ministra ponderou que o orçamento da subvenção de 2015 está restrito devido ao pagamento do seguro do ano passado. “Eu compreendo a situação de

vocês, mas houve um desarranjo porque tivemos que pagar as subvenções de 2014 este ano”, explicou Kátia Abreu.

A ministra, porém, afirmou que o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) pode ganhar reforço em 2016, passando de R\$ 400 milhões para R\$ 750 milhões. O Mapa negocia com os ministérios da Fazenda e do Planejamento e com o Tesouro Nacional o remanejamento de R\$ 350 milhões do Programa de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) para o seguro rural.

---

### **Painel discute ações para promover a segurança alimentar mundial – CONAB. 09/12/2015.**

Cooperação entre países e políticas de fortalecimento da agricultura familiar foram alguns dos temas debatidos no painel Cooperação Técnica e Humanitária Internacional e Promoção Internacional dos Produtos Brasileiros, realizado nesta quarta-feira (9) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

O debate, mediado pelo diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, João Marcelo Intini, contou com a participação do coordenador geral de Ações Internacionais de Combate à Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ministro Milton Rondó Filho, do diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do MRE, ministro Rodrigo de Azevedo Santos, e do diretor da Agência Brasileira de Cooperação Técnica, embaixador João Almino de Souza Filho.

Na oportunidade foram apresentadas iniciativas que colocam o Brasil como protagonista na agenda do comércio internacional de alimentos e na cooperação técnica entre os países Sul-Sul. Também foram abordadas as políticas de combate à fome e à pobreza executadas pelo país, que são referências mundiais.

Neste cenário, os participantes destacaram o papel fundamental exercido pela Conab. Além da articulação institucional, expressa pela colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), a expertise brasileira nas ações de políticas públicas voltadas ao abastecimento e segurança alimentar executadas pela Companhia vêm sendo utilizadas como modelo para diferentes países, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

---

### **SERGIPE: Municípios recebem doação de feijão - CONAB. 10/12/2015.**

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) liberou 750 toneladas de feijão para doação a municípios de Sergipe. A ação foi autorizada pelo Decreto 8.481/2015, que permite que sejam doadas até 45 mil toneladas de feijão dos estoques públicos administrados pela Companhia.

A Superintendência Regional da Conab em Sergipe já recebeu e processou cerca de 40 solicitações de doações por prefeituras do estado, totalizando 732,74 toneladas do produto que deverão beneficiar mais de 200 mil pessoas.

O produto disponibilizado está estocado na Unidade Armazenadora de Paraúna, em Goiás. Até o momento, 14 municípios retiraram 204,9 toneladas. São eles: Araua, Areia Branca, Brejo Grande, Capela, Cristinapolis, Ilha das Flores, Itaporanga da Ajuda, Malhador, Muribeca, Pedra Mole, Pinhão, Propria, Ribeiropolis e Telha.

---



## **Câmara setorial da erva-mate se reúne pela primeira vez- MAPA. 10/12/2015.**

Órgão consultivo do Mapa é formado por representantes do governo e setor privado.

A primeira reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Erva-Mate foi realizada nesta quinta-feira (10), no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília. O presidente da nova câmara é o secretário do SindiMate Paraná, Leandro BeninhoGheno. Ele falou sobre o cenário atual da atividade e as prioridades para o desenvolvimento do setor.

Segundo Gheno, a organização do setor passa fundamentalmente pela produção de alimento seguro, rastreabilidade e profissionalização no cultivo da erva-mate. A produção de um alimento seguro tem a ver com os cuidados para evitar a contaminação química, física e biológica. De acordo com ele, é preciso levar para o setor a rastreabilidade, que é controle do produto desde a origem, na propriedade, até o consumidor.

### **Mercado**

A cultura da erva-mate existe há mais de 200 anos no país e foi uma das propulsoras da economia do sul do Brasil do período imperial até meados dos anos 1930. Em 1840, os barbaquás – unidades de processamento da erva-mate com fornos de secagem – foram considerados a primeira indústria brasileira. O chimarrão, o tereré e o chá-mate são, pela ordem, os principais produtos da cadeia produtiva.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Brasil, a erva-mate é explorada economicamente em cerca de 560 municípios do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul, totalizando mais de 110 mil hectares. O produto é cultivado em 180 mil propriedades e gera mais de 710 mil empregos diretos.

Os principais países que importam a erva-mate do Brasil são Uruguai, Chile e Estados Unidos.

“O mercado teve uma série de dificuldades nos últimos três anos, por questões de câmbio e algumas barreiras, mas, mesmo assim, se manteve estável, com produção e venda estabilizados. Esse é um setor forte. Agora, queremos fugir das barreiras regionais e buscar ampliar os mercados”, disse Gheno.

A Câmara Setorial da Erva-Mate é uma das três novas câmaras criadas pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em agosto deste ano. As outras são a Câmara da Lei Plurianual Agrícola (LPA) e câmara provisória que acompanhará, por dois anos, a implantação das mudanças no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi).

---

## **Instituto Atá é novo parceiro do Pacto Nacional para Alimentação Saudável. Site do MDS. 11/12/2015**

*Durante encontro, a ministra Tereza Campello convidou o presidente do instituto, Alex Atala, para aderir à iniciativa*

Brasília – Para promover uma alimentação saudável e combater a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) segue em busca de parceiros para o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, lançado pela presidenta Dilma Rousseff em novembro. Nessa semana, em encontro em Brasília, a ministra Tereza Campello convidou o chefe de cozinha e presidente do Instituto Atá, Alex Atala, para aderir ao Pacto.

“Estar engajado com as ações do MDS é fundamental. Eu falo que a maior rede social do mundo não é a internet. O que conecta todos os habitantes do planeta Terra é o alimento”, disse Atala.

O Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, graças a um conjunto de políticas públicas que têm ampliado o acesso dos brasileiros aos alimentos.

No entanto, Tereza Campello ressalta que há outros fatores que preocupam. “Ainda temos desafios a enfrentar como situações de insegurança alimentar em populações mais vulneráveis. Há também a preocupação com a saúde da população, que enfrenta o problema da obesidade e do sobrepeso.” Atualmente, 57% da população brasileira adulta está com excesso de peso e 21,3% dessas pessoas são obesas. Além disso, 72% das mortes no Brasil são ocasionadas por doenças crônicas não transmissíveis, como o câncer, o diabetes, que têm como uma das causas a má alimentação e o consumo de produtos ultraprocessados, ricos em açúcar, sal e gorduras.

Neste sentido, o Pacto Nacional para Alimentação Saudável vem unir forças em torno da promoção da alimentação saudável – primeiro passo para uma parceria ainda mais sólida com os estados e a sociedade nessa agenda. A ação prevê, entre outras diretrizes, a promoção do consumo de alimentos saudáveis e adequados e a ampliação das condições de oferta e disponibilidade desses alimentos para a população.

Outros projetos – No encontro, Alex Atala apresentou ao MDS uma nova tecnologia para levar água potável à população brasileira, especialmente pessoas em situação vulnerável. A novidade criada pela ONG americana Waves for Water, parceira do Instituto Atá, consiste em um filtro de água de baixo custo que usa a gravidade como fonte, com capacidade de levar acesso à água filtrada a 100 pessoas por dia, durante cinco anos.

O objetivo, segundo Atala, é firmar parceria com o governo federal e levar esta tecnologia a mais pessoas, integrando-a a outras já implantadas, como as cisternas.

---

## **Indígenas são capacitados e levarão assistência técnica a famílias xavantes do Mato Grosso. Site do MDS. 11/12/2015**

Pela primeira vez, maioria dos agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural qualificados foi formada por indígenas

Brasília – Vanderlei BururewadiWadzerepruwe, da Aldeia Nossa Senhora de Guadalupe, em Barra do Garças (MT), é um dos 24 indígenas qualificados nesta semana, em Brasília, como agente de assistência técnica e extensão rural (Ater). É a primeira vez na história das Chamadas Públicas de Ater que a maioria dos agentes é formada por indígenas. Esses agentes vão atender 1,5 mil famílias da etnia Xavante, do Mato Grosso, que participam do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Vanderlei conta que sempre acompanha os sites dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) em busca de informações que podem beneficiar as comunidades indígenas. “Quando eu descobri a Chamada Pública, fiquei muito entusiasmado e logo apresentei a proposta à Funai [Fundação Nacional do Índio], que me apoiou e se empenhou para identificar entidades interessadas”.

A entidade selecionada para executar a Ater para acompanhamento das famílias indígenas Xavantes do Mato Grosso foi o Instituto de Pesquisa e Documentação Etnográfica – Olhar Etnográfico. “Esse curso é muito importante e vai beneficiar o nosso povo. Estamos conhecendo muita coisa sobre o funcionamento dos sistemas de Ater. Ao sair daqui, tenho certeza que a equipe vai estar preparada, pronta para trabalhar na nossa região”, comemora Vanderlei. Na Aldeia Nossa Senhora de Guadalupe, 250 indígenas serão beneficiados.

O coordenador-geral de Apoio a Povos e Comunidades Tradicionais do MDS, Milton Nascimento, conta que 26 agentes participaram da capacitação promovida pelo MDS, MDA e Funai. Ele também destacou que todo o conteúdo foi traduzido para a língua Xavante, de modo a facilitar a compreensão do processo por todos.

“É inédito o que se apresenta aqui. O curso é uma orientação para os técnicos de Ater que farão assistência técnica no território Xavante, e quase 100% deles é justamente dessa etnia. Temos muito mais a aprender com eles do que ensiná-los”, afirmou.

O trabalho de Ater é voltado a famílias em situação de extrema pobreza e tem por objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. Na ação, as famílias são orientadas a superar a situação de extrema pobreza por meio da inclusão produtiva e social, respeitando a diversidade cultural. Além disso, elas recebem informações sobre o acesso a políticas públicas.

Para Saturnino WapotoweRudzaneedi, da Aldeia Rooredzaodze, de Campinápolis/MT, o mais importante do curso foi compreender que as políticas de Ater são unificadas. “Em outros programas há muita burocracia quando o indígena busca cadastrar uma família. Achávamos que a política pública variava em cada município, mas descobrimos, nesta capacitação, que as políticas e os objetivos são iguais para todos os brasileiros. A lei é uma só. Saímos daqui mais fortalecidos para buscar nosso objetivo que é beneficiar as famílias”.

---

**Fiscais coletam amostras de orgânicos para reforçar controle de qualidade – MAPA. 11/12/2015.**

*Ação no comércio faz parte do monitoramento de substâncias proibidas no cultivo desses produtos.*

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) começou a coletar amostras de produtos comercializados como orgânicos nas feiras, supermercados e lojas especializadas de Brasília. O trabalho objetiva evitar a mistura de produtos convencionais aos orgânicos, na hora da comercialização, e identificar falhas na unidade de produção que possam levar à contaminação por substâncias não permitidas no cultivo desses produtos. As amostras são levadas para laboratórios que constatarem ou não a presença de agrotóxicos.

“Os principais beneficiados são os consumidores”, destaca o coordenador de Agroecologia do Mapa, Rogério Dias. “Com o monitoramento, as práticas ilegais serão desestimuladas. Os produtores orgânicos também se beneficiam, porque os infratores serão identificados e punidos. Tudo isso fortalece a credibilidade do produto orgânico.”

As amostras seguem para os laboratórios credenciados ao Mapa, que fazem parte da Rede Nacional de Resíduos e Contaminantes. De acordo com Rogério Dias, qualquer produto orgânico pode ser fiscalizado e monitorado. A seleção acontece de forma aleatória ou a partir de uma suspeita. Esse tipo de trabalho, que começou por Brasília, será estendido para todo o país.

O monitoramento no comércio é o passo mais novo da fiscalização de produtos orgânicos, que começou em 2011, quando os regulamentos começaram a vigorar. Desde aquela época, os fiscais agropecuários verificam embalagens sem o selo oficial, informações inadequadas ou possíveis fraudes.

## Denúncias

Além do trabalho de rotina, os fiscais também podem fazer operações a partir de denúncias e suspeitas apresentadas à Ouvidoria do Mapa ou constatadas por meio de auditorias. Desde 2013, cerca de 2.400 produtores foram excluídos do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e atualmente 166 produtores estão suspensos.

Caso seja constatada a comercialização irregular de produtos orgânicos, os responsáveis, dependendo de cada caso, sofrem punições, que vão desde uma advertência até a apreensão de produtos, cassação de certificado ou multa.

Apesar de todas as medidas aplicadas pelo Mapa, o coordenador de Agroecologia destaca a importância do controle da própria sociedade, principalmente pelos consumidores que compram direto de produtores e que podem exigir deles a documentação de agricultor orgânico e a visita à propriedade.

## Mercado

De 5,5 mil produtores orgânicos do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, em 2012, o país chegou à marca de 11.478 em novembro de 2015. Segundo Rogério Dias, esse crescimento é resultado do incremento da procura por orgânicos. “Hoje, os produtos orgânicos estão em todas as redes de supermercados, além do aumento continuado do número de feiras orgânicas, que já são mais de 600 semanalmente em todas as regiões do Brasil”, ressaltou.

---

## **CNA espera mudanças no processo de reavaliação toxicológica de defensivos agrícolas pela Anvisa – CNA. 14/12/2015.**

Brasília (14/12/2015) – O ingrediente ativo parationa metílica foi afastado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em 2008, o ativo entrou em reavaliação toxicológica e, na semana passada, a Agência decidiu pelo banimento progressivo da parationa. A partir de 1º de junho de 2016 é proibida a comercialização no Brasil e em 1º de setembro, a utilização. Para o consultor da Área de Tecnologia da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Reginaldo Minaré, a decisão, já prevista, mostra mais uma vez a necessidade de mudança no processo de reavaliação toxicológica da Anvisa.

O consultor reforçou que o setor agropecuário não é contra o instituto da reavaliação, mas critica a forma como o processo é conduzido. Por se tratar de insumo estratégico e fundamental para a atividade agrícola, o embasamento científico de qualquer ação de reavaliação deveria ser precedido de estudo científico, realizado por múltiplas instituições. “No Brasil, temos diversas universidades com prática de excelência e que deveriam ser convidadas a participar desse processo. É preciso compartilhar os fundamentos com um colegiado de cientistas de diversas instituições”, frisou. “Estamos falando de um mercado anual bilionário. A retirada de um ingrediente ativo que está em domínio público, pode abrir mercado para produto patenteado com custo muito superior para o agricultor e para o consumidor”.

Em seu parecer, a Anvisa assegura que a decisão baseia-se em resultados da consulta pública, à qual o tema foi submetido, às evidências científicas, que demonstram a extrema toxicidade deste ingrediente ativo, e de parecer da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), que elaborou nota técnica para subsidiar a proposição de regulamento técnico para a substância.

A agência frisa que consolidou as contribuições recebidas na consulta pública e as informações da Fiocruz, complementando-as com dados e referências internacionais atualizadas. A instituição também ressalta que, no cenário regulatório internacional, a parationa metílica foi banida ou teve o registro cancelado em 34 dos 45 países pesquisados. Sua proibição nos Estados Unidos, por exemplo, ocorreu em 2013. E mesmo nos países em que ainda persiste, a autorização de uso se dá somente mediante severas restrições.

---

## **Grupo Hospitalar Conceição vai comprar alimentos de comunidades quilombolas. Site do MDS. 14/12/2015**

*Chamada pública vai beneficiar mais de 60 comunidades do Rio Grande do Sul*

Brasília – O Grupo Hospitalar Conceição (GHC), de Porto Alegre (RS), vai realizar a segunda compra de alimentos produzidos por comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A instituição lançou chamada pública no valor de R\$ 543 mil para a compra de aproximadamente 146 toneladas de alimentos. A ação vai beneficiar mais de 60 comunidades quilombolas, o que representa cerca de 150 famílias.

O prazo para envio de propostas termina nesta terça-feira (15), às 10 horas. As propostas de preços e a documentação para habilitação para a Chamada Pública devem ser enviadas para o e-mail [grodrigo@ghc.com.br](mailto:grodrigo@ghc.com.br). O fornecimento dos alimentos vai começar em fevereiro de 2016 e será feito durante um ano.

A primeira compra de produtos da agricultura familiar quilombola do GHC ocorreu no primeiro semestre deste ano e beneficiou 68 famílias quilombolas em 23 comunidades.

Para realizar a compra de alimentos produzidos por comunidades quilombolas, o GHC contou com a parceria institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do MDS, além do Incra, Fundação Cultural Palmares, Federação Quilombola do Rio Grande do Sul e Emater/RS. A ideia é que a experiência estimule outras instituições brasileiras a investir recursos disponíveis para a aquisição de alimentos dessas comunidades.

O GHC foi a primeira instituição de saúde do Brasil a aderir à modalidade Compra Institucional. A iniciativa permite a municípios, estados e órgãos federais comprarem produtos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, sem necessidade de licitação. A instituição já realizou nove chamadas e adquiriu aproximadamente 955 toneladas de alimentos, com um investimento de aproximadamente R\$ 6,5 milhões.

Todo mês, o grupo hospitalar fornece mais de 270 mil refeições para funcionários, pacientes e seus acompanhantes. Para atender essa demanda, são necessários 1,2 milhão de toneladas de alimentos e 900 mil litros de leite.

---

### **Prefeitura de São Paulo começa a executar PAA. Site do MDS. 15/12/2015**

*Primeira compra do Programa de Aquisição de Alimentos vai beneficiar quase 600 agricultores familiares*

Quase 600 agricultores familiares vão vender seus produtos para a prefeitura de São Paulo por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Segundo o diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do ministério, André Grossi Machado, serão investidos R\$ 3,2 milhões na primeira compra do programa no município. Os produtos serão destinados para o Banco de Alimentos da prefeitura.

“O PAA promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais, além do desenvolvimento da economia local. São Paulo pode se tornar modelo de abastecimento do programa em grandes cidades, devido ao número de entidades socioassistenciais que podem ser beneficiadas com a doação dos alimentos”, destaca André, que participa nesta terça-feira (15) de evento organizado na capital paulista.

Na ocasião, além do lançamento da primeira compra do PAA, será criada a Rede Metropolitana de Bancos de Alimentos. Participam da solenidade prefeitos, cooperativas e beneficiários dos programas relacionados aos bancos de alimentos dos municípios participantes.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino.

Em 2014, 16 mil agricultores familiares forneceram mais de 56 mil toneladas de alimentos para o PAA no estado de São Paulo, beneficiando 741 entidades. No total, foram investidos R\$ 105,5 milhões.

---

### **Incra investirá R\$ 18,5 milhões na construção de 35 agroindústrias em Sergipe – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/12/2015**

O Incra vai implantar, a partir do próximo ano, 35 unidades agroindustriais em Sergipe. O anúncio foi feito na última sexta-feira (11), pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, durante evento que marcou o lançamento do Plano Safra 2015/2016, em Aracaju.

Ao todo serão aplicados, por meio do programa Terra Sol, gerido pelo Incra, R\$ 18,5 milhões. “Estamos intensificando os investimentos no Programa Terra Sol, porque sabemos do impacto positivo que uma agroindústria pode ter na dinâmica econômica de um assentamento. É um instrumento extremamente eficiente para agregar valor à produção do assentado e fortalecer a sua renda familiar”, analisou André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra em Sergipe.

Com projetos que contemplarão assentamentos de todas as regiões do estado, as novas agroindústrias criarão em Sergipe um leque produtivo para a reforma agrária, com um catálogo que inclui mel, peixes, leite, arroz, mandioca, frutas e cana-de-açúcar. “Além de gerar renda para as famílias envolvidas na produção, essas novas unidades agroindustriais, certamente, irão ampliar o panorama econômico da reforma agrária. Teremos uma variedade ainda maior de produtos, que irão fortalecer a importância dos assentamentos no fornecimento de alimentos em todas as regiões de Sergipe”, afirmou Evelyne Carvalho, membro da equipe de coordenação do Programa Terra Sol do Incra/SE.

#### **Mais agroindústrias**

Além das 35 unidades agroindustriais previstas para 2016, o Incra confirmou no início da semana a instalação de outras três agroindústrias. Já em fase de implantação, essas unidades serão instaladas nos assentamentos Padre Nestor e Nossa Senhora do Carmo, em Pacatuba, e Rosa Luxemburgo II, em São Cristóvão.

As novas agroindústrias serão responsáveis, respectivamente, pela produção de óleo de coco e panificação. Ao todo, estão sendo investidos nesta implantação R\$ 1,3 milhão.

---

### **Preço acessível e variedade atraem população à Feira da Reforma Agrária em Maceió/AL – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/12/2015**

Variedade de produtos e preço acessível garantiram o bom desempenho da Feira da Reforma Agrária, promovida pelo Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), em seu sétimo ano, em Maceió (AL). Os organizadores comercializaram entre os dias 9 e 12 de dezembro cerca de 90 toneladas de alimentos. A feira contou com 110 barracas montadas na Praça da Faculdade, na capital alagoana.

Os produtos eram variados, pois além de frutas e hortaliças, foram vendidos cereais, tubérculos, raízes e seus derivados, como a farinha de mandioca e os quitutes feitos a partir dela, em especial o beiju e o pé de moleque. Biscoitos e doces eram vistos nas

barracas. As aves também foram muito procuradas pelos consumidores, como a galinha comum e a guiné (d'angola).

A feira atraiu pessoas de vários bairros da capital de Alagoas, a exemplo de Lenice Moraes, que veio do Pontal da Barra. Ela comprou manga e melancia, além de levar também três galinhas caipiras. “Acho muito importante a realização dessas feiras, pois esses trabalhadores têm a oportunidade de vender seus produtos a um preço bom para o comprador e para eles, como mais uma fonte de renda”, explica a professora, que participa de todas as feiras realizadas por movimentos sociais no bairro do Prado.

Os agricultores/feirantes vieram de diferentes regiões do estado, tanto de assentamentos como de acampamentos. Da Zona da Mata, chegaram produtos dos municípios de Flexeiras, São Luís do Quitundes, Joaquim Gomes, União dos Palmares, Murici e Messias. Do Litoral Norte, os municípios de Japaratinga e Maragogi contribuíram com a venda de produtos. Taquarana, Jacaré dos Homens, Batalha e Delmiro representaram o Agreste e o Sertão alagoanos.

### **Atrações culturais**

A feira, que esse ano trouxe o lema “Uma comercialização solidária com preço justo”, também teve programação cultural para os vendedores e o público da capital. Artistas se apresentam desde o primeiro dia, sendo que a abertura foi feita por Micheline Encanta e Guilla Gomes. Na noite seguinte, se apresentaram Mora na Filosofia, Samba na Ladeira, Igbonan Rocha e Samba de Nêgo. O encerramento da programação ocorre na noite desta sexta-feira (penúltimo dia da feira), e teve como atrações Beach Beatles Rock Banda, Zé Linaldo e Bruno Hitan.

A superintendente do Incra, Lenilda Lima, participou da abertura da feira e defendeu o apoio da autarquia e de outras instituições públicas ao evento. “Devemos fazer mais, porque esse momento representa muito, tem um simbolismo e uma tradição”, afirmou Lenilda. Ela enfatizou que os investimentos do Incra em créditos e assistência técnica têm na comercialização uma de suas prioridades.

Djalma Pedro dos Santos, um dos coordenadores do MLST no estado, também destacou que, por conta das inúmeras feiras já realizadas sempre no mesmo local, o evento se tornou tradicional. “É um marco, uma tradição, principalmente porque a Praça da

Faculdade já é uma referência da história e da luta desses trabalhadores”, argumentou. Ele cobrou mais apoio dos órgãos públicos e disse que, por não terem acesso a tanta tecnologia, o resultado da feira já é uma conquista.

Acampado à espera de um lote na fazenda Flor da Serra, em Joaquim Gomes, o líder sem-terra também já produz antes mesmo de assentar. E comercializa. Em um pedaço de terra provisório tem criação de animais diversos, como: porco, boi e galinha. Em alguns açudes que construiu, também cria peixe. “Mamão, maracujá e couve são outras culturas que eu produzo e comercializo”, disse Djalma Santos

---

### **Municípios paulistas criam Rede Metropolitana de Bancos de Alimentos. Site do MDS. 15/12/2015**

*Rede vai promover o intercâmbio de conhecimento e fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)*

Brasília - As prefeituras de São Paulo, Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo lançaram, nesta terça-feira (15), a Rede Metropolitana de Bancos



de Alimentos. A ação vai promover o intercâmbio de conhecimento para qualificação da gestão. Além disso, as redes regionais de bancos de alimentos fortalecem o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

A coordenadora-geral de Equipamentos Públicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Kathleen Machado, explica que a rede vai aprimorar o processo de distribuição de alimentos, o que proporcionará maior efetividade nas ações dos bancos de alimentos, como a redução do desperdício de alimentos e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

“O banco de alimentos de um município recebe, por exemplo, uma grande doação e, por meio da rede, é possível remanejar os alimentos não utilizados para doações para organizações da sociedade civil de outras prefeituras”, destaca.

Segundo Kathleen, esta é a segunda rede regional que se forma depois das oficinas promovidas pelo MDS no decorrer deste ano. “Os municípios trocaram experiências e viram que era possível potencializar suas ações atuando em conjunto”. Além da Rede Metropolitana de Banco de Alimentos, foi formada a Rede Leste de Bancos de Alimentos, em Minas Gerais.

Em todo o país, existem 109 Bancos financiados pelo MDS - 79 em funcionamento e 30 em implantação - e 105 da iniciativa privada. Os bancos públicos atendem cerca de 2 mil instituições por mês. No ano passado, 15 mil toneladas de alimentos foram distribuídas para entidades da assistência social, educação e saúde, serviços socioassistenciais e outros equipamentos de segurança alimentar e nutricional do país.

Os bancos arrecadam alimentos que se encontram fora dos padrões de comercialização, mas são adequados para o consumo. Os alimentos são selecionados e depois distribuídos para instituições sem fins lucrativos, que vão produzir e distribuir refeições gratuitas.

---

### **MDS firma parcerias para incentivar alimentação saudável no Rio de Janeiro. Site do MDS. 15/12/2015**

*Campanha Brasil Saudável e Sustentável reúne representantes dos governos federal e municipal, além de organizações da sociedade civil e do setor privado*

Brasília – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) firmou acordos de cooperação com o Ministério do Turismo, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) para estimular a alimentação saudável da população carioca. As parcerias vão viabilizar os compromissos assumidos para a campanha Brasil Saudável e Sustentável, que será promovida em 2016. A campanha reúne representantes dos governos federal e municipal, além de organizações da sociedade civil e do setor privado.

O objetivo é unir forças para travar a batalha contra a obesidade e o sobrepeso da população na cidade maravilhosa, direcionando a sociedade para um consumo alimentar saudável e sustentável. Segundo dados do Ministério da Saúde, o Rio de Janeiro está entre as dez com maiores índices de excesso de peso.

“É um projeto piloto no Rio de Janeiro. Nossa proposta é que a cidade seja referência em alimentação saudável, mas que possamos multiplicar essa ideia através do Pacto Nacional para Alimentação Saudável”, destaca Laura Vasconcelos de Souza, assessora técnica do MDS.

A campanha, que será lançada em março e seguirá até o final das Olimpíadas Rio 2016, em agosto, também visa chamar atenção para a diversidade da produção da agricultura familiar e as vantagens dos produtos orgânicos e agroecológicos. Durante o evento, haverá a venda de alimentos da agricultura familiar em pontos estratégicos da cidade.

Outra ação envolve as compras desses alimentos para a merenda das escolas públicas do Rio de Janeiro. Uma forma delas, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), já está em curso e vai fornecer alimentos orgânicos, em um primeiro momento, para 12 escolas municipais da capital. O critério principal considerou escolas com pelo menos 50% de alunos beneficiários do programa Bolsa Família.

---

### **Oficina discute regularização dos produtores orgânicos. Adolfo Brito. Site do MDA. 15/12/2015**

Para se inserir produtos orgânicos nos mercados institucionais e privados, é preciso que eles tenham selo de certificação. E para ampliar a participação da agricultura familiar nesse nicho, o MDA promove, até esta quarta-feira (16), em Brasília, a oficina do Projeto de Apoio a Sistemas Participativos de Garantia da Produção Orgânica. O objetivo é identificar aproximadamente 10 mil famílias de agricultores familiares organizadas em associações e cooperativas. Elas receberão assessoria técnica para fazer o registro de produtor orgânico no Cadastro Nacional de Orgânicos (CNPO) até 2017.

Na avaliação do professor de agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULMG), Luiz Carlos Silva, a iniciativa vai além de orientar o agricultor familiar a ter uma certificação participativa. “Vai muito além de um selo. A gente observa agricultores dizendo que ele é tão importante quanto a sua identidade”, disse ao destacar que a partir da certificação o agricultor familiar sai da informalidade.

#### **Participação**

Participam da oficina representantes de 20 SPG e Organismos de Controle Social (OCS) da produção orgânica de todo o país.

Um dos participantes é o agricultor familiar Elson Borges dos Santos. Mais conhecido como “Zumbi”, ele faz parte da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, que fica em Paranacity (PR). Zumbi produz açúcar mascavo, melado de cana e cachaça. Para ele a certificação orgânica insere o agricultor familiar na economia. “Esse fato de a gente ter mais participação, melhora nossas famílias. Estar aqui é decisivo para que a gente atinja um novo patamar”, destacou.

Zumbi ressaltou que, para o agricultor, possuir o selo vai além do retorno financeiro. “É bom, pois melhora questões materiais, mas o mais importante é que a gente está fazendo agroecologia. Que é um jeito de abordar o mundo libertando a mulher, dando liberdade ao jovem, cuidando dos mais velhos e empoderando ao dar capacidade ao cidadão de mudar seu destino”, concluiu.

O evento faz parte das ações da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), em parceria com o IFSULMG.

---

## **Comunidades recebem primeiros selos Indígenas do Brasil. Ranyelle Andrade. Site do MDA. 15/12/2015**

“É o reconhecimento de que os produtos que saem daqui fazem bem à saúde, são produzidos de forma sustentável e representam a importância da tradição indígena para a cultura brasileira”. É dessa forma que Reinaldo Mendes, da Associação Comunitária Indígena Kiriri, do município de Banzaê (BA), traduz o sentimento de satisfação de sua comunidade. Em dezembro, produtores indígenas das etnias Kiriri e Kaingang foram os primeiros a receber a permissão de uso do Selo Indígenas do Brasil.

De acordo com o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CGPCT/MDA), Edmilton Cerqueira, o selo promove a identificação étnica e territorial de produtos indígenas e atende a uma demanda histórica desses povos. “O selo está inserido num conjunto de ações e programas que visam ampliar o processo de inclusão produtiva das comunidades indígenas, com destaque para a soberania alimentar e nutricional, melhoria da qualidade de vida e geração de renda dessas comunidades”, explica.

A marca virá nas embalagens dos biscoitos amanteigados, sequilhos, casadinhos e polvilho, produtos derivados da mandioca que é cultivada na aldeia dos Kiriri. Para Reinaldo, além de valorizar a produção indígena, a marca evidencia a importância da organização coletiva. “Sempre produzimos, mas só em 2009 formalizamos a associação. E o objetivo era justamente esse, ter mais acesso às políticas do governo que são voltadas para os povos indígenas, como o selo”, destaca.

Outro empreendimento autorizado a estampar o selo nas embalagens e rótulos de seus produtos é a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Tenente Portela (CooperFamiliar), do Rio Grande do Sul, formada por agricultores familiares e indígenas da comunidade Kaingang. Para Zico Kaingang, engenheiro agrônomo e profissional extensionista da comunidade, a expectativa é que o selo proporcione mais competitividade para os produtos cultivados pela cooperativa.

“É um diferencial, seja quando o produto vai para as gôndolas do mercado, seja quando a cooperativa vai participar de um programa de compras públicas, como o PAA”. A cooperativa produz hortigranjeiros, frutas e outros itens, como feijão e farinha.

O coordenador-geral de Etnodesenvolvimento da Fundação Nacional do índio (Funai), Juan Felipe Negret, acredita que o selo será uma ferramenta importante para estimular a comercialização de alimentos, artesanatos e produtos extrativistas. “Estamos muito contentes que em menos de um ano conseguimos implementar e conceder autorização de uso do selo para duas comunidades. Isso mostra como a ação é pertinente e foi bem recebida pelo seu público beneficiário”.

### **Selo Indígenas do Brasil**

O Selo Indígenas do Brasil é uma iniciativa do MDA, em parceria com o Ministério da Justiça e a Funai. Para utilizar a marca, os interessados devem encaminhar a solicitação ao MDA, acompanhada dos formulários e declarações exigidos pela Portaria MDA n.º 7/2012, juntamente com a declaração de produtor indígena emitida pela Funai. A solicitação é gratuita.

---

**Protecionismo agrícola sobe na Ásia e pode afetar o Brasil.** Assis Moreira – Valor Econômico. 16/12/2015.

O protecionismo agrícola está se reforçando na Ásia, liderado pela Índia, China e Indonésia, e tem potencial de afetar o ritmo de expansão de exportações brasileiras em mercados bem dinâmicos.

Na conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Nairóbi, uma das tentativas é de se alcançar pelo menos um pequeno acordo agrícola para salvar as aparências, antes de se congelar a Rodada Doha de vez.

Mas, seja qual for o resultado de Nairóbi, o que parece cristalino é que um grupo chamado de G-33, que na verdade tem 48 países-membros, vai continuar pressionando por proteção contra importações agrícolas, no futuro.

O G-33 inclui também países como Venezuela, Bolívia, Equador e Cuba, vizinhos brasileiros com relações especialmente boas com o governo Dilma Rousseff.

Em Nairóbi, o grupo foi o primeiro a reunir a imprensa com um comunicado no qual argumenta que, em face da "crescente volatilidade de produtos e preços agrícolas no mercado global desde as crises alimentar e financeira de 2008", precisa proteger seus pequenos agricultores com dois mecanismos: primeiro, os países em desenvolvimento precisam ter o sinal verde para formação de estoque público para objetivos de segurança alimentar; e segundo, dispor também de um mecanismo especial de salvaguarda (SSM).

Com relação ao primeiro, um governo pode comprar alimentos a preços de mercado e depois vender os estoques a preços subsidiados para os consumidores. Uma dificuldade é que a Índia, por exemplo, quer ter sinal verde sem limites a seu programa. E países exportadores veem risco de encorajamento ao excesso de produção. Isso poderia derrubar os preços globais, a exemplo do que ocorreu no passado com as montanhas de manteiga e vinho produzidas até recentemente pela União Europeia (UE).

Nas barganhas em curso, o Brasil acenou que poderia aceitar uma solução permanente para o programa de estoques públicos de alimentos indiano, desde que com cláusulas para evitar o desvio da produção para o mercado internacional.

Com a salvaguarda especial, o G-33 quer que os países em desenvolvimento tenham o direito de elevar temporariamente suas tarifas para enfrentar aumento de importação ou baixa de preços agrícolas. Uma proposta ligeiramente modificada foi colocada à mesa.

Além disso, o grupo reaparece com demanda pela designação de "produtos especiais" em qualquer discussão sobre redução tarifária para produtos agrícolas. Com isso, quer ter o direito de manter alíquotas mais altas para produtos considerados sensíveis. Só que em muitos casos não eles têm a ver com segurança alimentar, e coincidem com produtos de interesse exportador brasileiro.

Países exportadores reagem, estimando que dar direito de elevar barreiras em vez de abrir mercados é um passo na direção errada da reforma da agricultura. Sobretudo, causa problemas em mercados em expansão para seus produtos agrícolas.

Para alguns dos negociadores, o G-33 tende a piorar as condições de acesso aos seus mercados, que justamente estão entre os mais dinâmicos globalmente.

Juan Angel Delgadillo, representante do Paraguai, observou: "A segurança alimentar desse grupo [G-33] vai contra a segurança alimentar do Paraguai, pequena economia e sem litoral."

Ao Valor, o líder formal do G-33, o ministro de Comércio da Indonésia, Tom Lembong, retrucou que o momento é de "busca de tom moderado e prudente entre os países, em vista da queda de atividade dos mercados emergentes e da pressão significativa que suas moedas sofrem".

Curiosamente, nenhum representante do agronegócio brasileiro está presente em Nairóbi, enquanto há delegações de produtores de Canadá, Noruega, França e Suíça. Charles Akanda, um dos representantes do setor de frango e ovos do Canadá, disse: "Enquanto a negociação continua, estamos atentos o tempo todo, nossa preocupação persiste."

Adhemar Mineiro, representante de organizações não governamentais brasileiras, também pareceu surpreso com a ausência do setor privado em Nairóbi.

---

### **Mapa abre consultas públicas para normas sobre fertilizantes e gripe aviária – MAPA. 17/12/2015.**

*A sociedade pode contribuir com sugestões.*

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) submeteu à consulta pública o Projeto de Instrução Normativa que estabelece o Plano Nacional de Prevenção e Vigilância da Influenza Aviária (IA), conhecida como gripe aviária, e da Doença de Newcastle (DNC). A consulta está publicada na Portaria nº 253, divulgada nesta quinta-feira (17), no Diário Oficial da União (DOU). O projeto contém as medidas sanitárias de controle adotadas na confirmação de um foco da doença. A consulta ficará aberta pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua publicação e estará disponível no site do Mapa: <http://www.agricultura.gov.br/legislacao/consultas-publicas>

O Mapa também submeteu à consulta pública o Projeto de Instrução Normativa e Anexo que aprovam as normas sobre a importação de fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, bem como de suas matérias-primas. O prazo de 60 (sessenta) dias. A consulta foi publicada por meio da Portaria nº 255 desta quinta-feira.

---

### **Alimentos orgânicos conseguem driblar a crise. Isabel Dias de Aguiar – Valor Econômico. 21/12/2015.**

Não tem tempo ruim quando se trata de oferecer à parcela mais informada de consumidores alimentos que levam o selo comprovando que foram certificados como orgânicos, isto é, produzido sem agroquímicos. Se forem do segmento carnes, o selo também indica que não contém resíduos de antibióticos, que foram cumpridas normas para o bem-estar animal e demais requisitos relativos ao cumprimento da legislação. A crise econômica parece não ter chegado a essas seções de supermercados e demais estabelecimentos de varejo onde frutas e legumes são oferecidos à clientela. As vendas mantêm-se em ritmo constante e ascendente.

Mas isso não quer dizer que esse sofisticado e seletivo segmento do mercado desfrute de posição de destaque. Ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, é mínima a parcela da população brasileira que se mostra atenta à qualidade da alimentação a ponto de excluir do seu cardápio pessoal produtos com resíduos de agroquímicos e sem indicação de procedência. De acordo com a nutricionista Ana Fanelli, responsável pela qualidade dos alimentos à venda na Casa Santa Luzia, na região dos Jardins em São

Paulo, os orgânicos representam apenas 0,4% do total de produtos agrícolas cultivados no Brasil. A receita alcançada em 2014 ficou em cerca de R\$ 2 bilhões.

"Um número nada expressivo diante dos R\$ 468 bilhões de todo o setor agropecuário no ano passado", afirma Ana. Para se ter uma ideia, a participação dos orgânicos nos Estados Unidos e na Alemanha varia de 4% a 5% do total produzido naqueles países, acrescentou a nutricionista que se baseou nas informações publicadas no site "Organics Net" para as comparações. Como nos demais estabelecimentos de varejo, a demanda por orgânicos na Santa Luzia cresce por força da demanda, mas a expansão do negócio está limitada à escassez da oferta pela "ausência de cadeias produtivas e de logísticas mais organizadas", diz Ana.

Mas quem é esse consumidor interessado em pagar de 20% a 30% mais para levar para casa produtos certificados, isentos de qualquer substância que supostamente fazem mal à saúde e ao ambiente? Para o comerciante de produtos naturais Roberto Villas Boas, o que move o consumidor até suas lojas não é o altruísmo, nem a determinação de contribuir para um planeta mais limpo. Ao contrário, diz. "É o egocentrismo. A vontade de exibir um corpo perfeito e garantir o próprio bem-estar". Tanto é que, segundo informa, o produto que mais vende atualmente em suas lojas é a maca peruana, planta que alegadamente reduz o apetite e aumenta a libido. "Poucos demonstram ter o nível de consciência capaz de fazer concessões em favor do bem-estar coletivo", diz Roberto. "Quem está empenhado em aderir a esse movimento em favor da natureza vai às feirinhas de orgânicos e esses ainda são poucos".

A relativa precariedade no volume da produção e na distribuição de produtos orgânicos e sustentáveis faz parte da essência da proposta do desenvolvimento de lavouras sustentáveis para a produção de alimentos saudáveis. A atividade, segundo especialistas, vai muito além da supressão do uso de insumos químicos. O processo produtivo prevê o uso responsável do solo, da água, do ar e demais recursos naturais. Devem ser respeitadas normas ambientais, sociais, culturais e econômicas.

Outra questão observada é que a atividade deve ser desempenhada por pequenos produtores. Outro requisito é que os produtos sejam comercializados, de preferência, diretamente pelos produtores rurais, pelo sistema "compre local", o que evita o transporte dos alimentos por longas distâncias e a emissão desnecessária de carbono na atmosfera. No Brasil, os agricultores familiares são os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que integrem alguma organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores.

Tantos cuidados na produção de alimentos se justificam diante de um movimento mundial, iniciado na Europa em meados do século passado pela constatação de que os recursos naturais são finitos, e para atender ao desejo de se consumir alimentos que não façam apenas bem para o corpo, mas também para o planeta e para o espírito, conforme definição do professor e pesquisador na área de Agroecologia e Agricultura Orgânica da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Carlos Armênio Khatounian. Para ele, não se trata de um nicho, nem de um modismo. "Quando se pergunta para qualquer pessoa se ela prefere um alimento com ou sem veneno, qual é a resposta mais provável?" A pergunta quer demonstrar que o potencial dos orgânicos é infinito. "Cada vez mais consumidores vão aderir aos orgânicos", afirma.

---

## **Potencial agrícola coloca Brasil à frente da segurança alimentar no mundo – MAPA. 21/12/2015.**

*País terá contribuição relevante no atendimento da demanda por produtos agropecuários, segundo a FAO*

---

A combinação de água, terras cultiváveis, tecnologia e alta produtividade fará do Brasil um grande protagonista na produção de alimentos diante do aumento crescente da classe média no mundo. A análise é do secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), André Nassar, que destaca ainda a importância estratégica do mercado asiático para o agronegócio brasileiro.

Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostram que, enquanto a população mundial cresce, a disponibilidade de terras agricultáveis cai continuamente.

O Brasil é exceção nesse cenário adverso. Com uma das maiores taxas de produtividade do mundo, o país apresenta potencial para expandir sua área agrícola em 70 milhões de hectares. Com essa área, é possível incrementar em 136% a atual produção de grãos e fibras, por exemplo, que hoje é de cerca de 210 milhões de toneladas.

A FAO espera que o Brasil aumente sua produção agropecuária em 40% até 2019. Somente nos últimos 20 anos, a produção de carne de aves cresceu 285%, e a bovina, 77%.

“O mundo deverá ter 7,5 bilhões de pessoas em 2020, mas a expectativa é de que as áreas agricultáveis decresçam”, observa o secretário. Na sua avaliação, a disponibilidade de água e terra, além de tecnologia e dos ganhos de produtividade, colocam o Brasil como um dos mercados com maior potencial para abastecer o mundo. “Temos aqui o que não encontramos em país algum.”

### **Proteína animal**

Em 10 anos, acrescenta Nassar, a Ásia será o maior consumidor mundial de proteína animal do mundo e precisará importar cada vez mais para garantir a segurança alimentar de suas populações. Esse cenário representa uma grande oportunidade para o agronegócio brasileiro.

O sul e o sudeste asiáticos concentram 51% da população mundial e consomem quase um terço de tudo o que é produzido no mundo, como aves (28%), bovinos (20%), lácteos (31%) e açúcar (37%). Ao mesmo tempo, essa região possui apenas 18% das terras disponíveis para agricultura no globo. “Aí está a importância estratégica do mercado asiático para o Brasil”, reforça Nassar.

Não apenas o crescimento populacional, mas também o aumento da renda e da qualidade de vida dos asiáticos elevarão a demanda por alimentos nas próximas décadas. Em 2030, 66% da classe média do mundo se concentrará ali.

Os asiáticos, segundo dados da FAO, elevarão seu consumo anual de alimentos de 48 quilos por habitante para 52 kg/hab/ano em 2024. Esse salto representará um adicional de 44 milhões de toneladas acumulados em 10 anos.

### **Inflação**

Nassar aponta ainda que a inflação dos alimentos no mundo tem crescido mais do que os demais bens de consumo. A China, por exemplo, registrou aumento de 50% no preço dos alimentos entre janeiro de 2014 e outubro de 2015; o México, 37% e a Rússia, 20%.

A escalada de preços indica necessidade de aumentar as importações, uma vez que o crescimento da produção própria de alimentos nesses países é limitado. “Isso mostra que o consumo está aumentando, mas a oferta não consegue acompanhar. São regiões que terão que importar para controlar seus preços. Está claro que a expansão da importação será uma política pública dessas nações, o que abre oportunidade para países produtores como o Brasil”, ressaltou o secretário.

---

### **Doações internacionais foram destinadas a 8 países – CONAB. 23/12/2015.**

Mais de 12 mil toneladas de alimentos foram doados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ao longo de 2015, para atendimento à assistência humanitária internacional. Estes alimentos tiveram como destino Argélia, Cuba, Faixa de Gaza, Guatemala, Guiné, Libéria, Serra Leoa e República Centro-Africana.

A maior parte das doações foi de arroz beneficiado, cerca de 6,9 mil toneladas que equivalem a 56% do total. Também foram doadas mais de 5,2 mil toneladas de feijão. Entre os países, a Guatemala recebeu a maior quantidade de alimentos, volume em torno de 4 mil toneladas, seguido de Cuba, Argélia e Faixa de Gaza.

A assistência humanitária internacional tem o objetivo de prover alimentos a países em situação emergencial de insegurança alimentar e nutricional. A Conab atua diretamente na aquisição dos alimentos, armazenagem e participa na logística de disponibilização do produto até o porto de origem.

No Brasil, as ações de prestação de cooperação humanitária internacional do Governo brasileiro são tratadas pela Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), do Ministério das Relações Exteriores (MRE). As doações internacionais são autorizadas pela Lei 12.429, de 20 de agosto de 2011.

---

### **Divulgadas regras para isenção de PIS/Cofins a laticínios – MAPA. 23/12/2015.**

*Benefício será concedido a empresas que apresentarem projetos voltados à qualidade do produto.*

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou nesta quarta-feira (23) instrução normativa que estabelece os procedimentos a serem adotados por agroindústrias leiteiras interessadas em utilizar créditos presumidos do PIS/Cofins. O benefício fiscal, previsto no Programa Leite Saudável, será concedido a laticínios que apresentarem projetos de assistência técnica e melhoria da qualidade de produtos lácteos.

Em vigor desde 1º de outubro, o Programa Leite Saudável garante que as agroindústrias recuperem 50% da contribuição de 9,25% do PIS/Cofins incidente sobre a venda do leite in natura. Para serem beneficiados, os estabelecimentos devem destinar 5% desses recursos a projetos de investimento nos moldes estabelecidos pela Instrução Normativa 45, publicada nesta quarta.



O Leite Saudável prevê que esses projetos de assistência técnica tenham foco em gestão agropecuária, boas práticas e melhoria da produtividade do rebanho leiteiro, além de melhoramento genético e educação sanitária.

Nos quase três meses de vigência do programa, mais de 100 projetos já foram enviados ao Mapa, num total de R\$ 89,8 milhões contabilizados na forma de créditos presumidos de PIS/Cofins. Esses documentos serão analisados pelos técnicos e, caso se enquadrem no padrão estabelecido pela instrução normativa, poderão se habilitar a receber o benefício.

#### Procedimentos

A fim de padronizar os procedimentos para habilitação, análise e acompanhamento dos projetos, o Mapa instituiu um formulário modelo, que deve ser preenchido pelos laticínios e entregue a qualquer Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA).

A agroindústria receberá uma habilitação provisória no momento em que protocolar o formulário automaticamente. Esse projeto será posteriormente analisado e fiscalizado pela SFA, que notificará a empresa na hipótese de haver alguma irregularidade. Neste caso, o interessado terá no máximo 30 dias para realizar as devidas adequações. Em seguida, a superintendência emitirá um parecer técnico conclusivo e encaminhará à Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo do Mapa para aprovação.

O Mapa, por sua vez, publicará a decisão final no Diário Oficial da União. Caso o projeto seja aprovado, a empresa deve, no prazo máximo de 30 dias, requerer a habilitação definitiva à Receita Federal do Brasil.

As superintendências realizam a fiscalização da execução do projeto, por intermédio da avaliação dos relatórios e, sempre que a área técnica julgar necessária, por auditorias in loco.

---

#### **Mapa suspende venda de 11 marcas de azeite extra virgem – MAPA. 23/12/2015.**

*Fiscalização foi feita em cinco estados e no DF. Empresas foram multadas.*

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) fiscalizou a qualidade do azeite comercializado em supermercados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco e Amazonas. Das 55 amostras coletadas e analisadas, foram identificadas irregularidades em 33 amostras de 11 marcas que tiveram a venda suspensa. Embora estivessem sendo vendidos como “extra virgem” no rótulo da embalagem, os produtos eram compostos por outros óleos comestíveis. As empresas foram multadas pelo Mapa.

A fiscalização foi realizada entre o fim de 2014 e início de 2015 para atestar se a qualidade do produto estava de acordo com a informação declarada na embalagem. “Os lotes que foram reprovados pelo Mapa não podem ser destinados ao consumo humano por demonstrarem qualidade inferior à estampada na embalagem”, disse o diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Dipov), Fábio Florêncio. Segundo o diretor, todas as amostras foram coletadas e analisadas na unidade do Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Minas Gerais. Após análise, foi emitido um laudo para confirmar se o azeite estava ou não em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa do Mapa nº 1/2012.

Ouvidoria

A fiscalização foi intensificada a partir de denúncias recebidas pela Ouvidoria do Mapa. Além de suspender a comercialização das marcas irregulares, os produtos foram inutilizados e as empresas receberam multa de R\$ 5 mil cada uma. As multas foram acrescidas de 400% do valor comercial da mercadoria, levando-se em conta a quantidade do produto fiscalizado.

Em 2016, o Mapa vai encaminhar os processos para a Secretaria de Defesa do Consumidor para adoção das providências relacionadas a prejuízos causados. Além disso, concluirá os processos de apuração das irregularidades dos demais lotes condenados das outras marcas e expandir a fiscalização aos demais estados.

“A importância de ações como essas é a garantia que o Mapa dá ao consumidor na compra de produtos de acordo com o padrão de qualidade estabelecido em normas”, destacou Fábio Florêncio.

**Coordenador**  
Sergio Leite



**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa